

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Número 29 – Eleições locais - Dezembro de 2003

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Vice-editor: Adriano Nuvunga

Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa

=====

Frelimo 28, Renamo 4 e uma coabitação nas eleições locais

A Renamo ganhou o controlo de quatro administrações de cidade, incluindo as cidades portuárias de Beira e Nacala, naquilo que é um terramoto na política de Moçambique. Esta é a primeira vez que um órgão eleito em Moçambique não é controlado pela Frelimo. Em Marromeu, o presidente do município será da Renamo e a assembleia municipal será controlada pela Frelimo, no primeiro exemplo de coabitação.

Todavia o terramoto foi menos dramático do que se esperava, já que a Renamo não conseguiu ganhar vários municípios onde tinha tido bons resultados nas eleições gerais de 1999.

O teste para a democracia será se os governos nacional e provinciais, controlados pela Frelimo, conseguem manter uma relação correcta com estas cidades, ou se funcionários séniores da Frelimo tentam sabotar os novos governos de cidade da Renamo. O pior precedente aconteceu na Beira onde funcionários da Frelimo foram desordeiros e tentaram atrasar o anúncio formal da sua derrota.

Todos os olhares vão estar postos em Marromeu. Serão a Renamo e a Frelimo capazes de trabalhar juntas numa cidade que regressa à vida com a reabertura da fábrica e das plantações de açúcar?

A afluência foi de 28%

A afluência foi de 28% em todo o país e variou entre a mais baixa em Nampula, 15% e a mais alta em Mocimboa da Praia, 46% e Moatize, 47%. A afluência nas eleições de 1999 foi de 75%, mas a afluência nas eleições locais de 1998, que a Renamo e a maior parte da oposição boicotaram, foi de 15%. Pelo mundo fora a afluência é sempre mais baixa nas eleições locais do que nas gerais e aqui passou-se o mesmo.

Votação tranquila mas contagem secreta caótica

A campanha e as próprias eleições de 19 de Novembro decorreram sem percalços e mereceram elogios dos observadores nacionais e internacionais apesar dos problemas graves ocorridos com os cadernos de recenseamento.

Pela primeira vez a Radio Moçambique fez uma contagem paralela e o quadro geral dos resultados ficou a conhecer-se no dia seguinte, 20 de Novembro. Mas a contagem oficial foi caótica e obscura, incluindo acordos políticos e o abandono da Renamo.

No último momento que a lei permitia, no dia 4 de Dezembro ao fim da tarde, o presidente da Comissão Nacional de Eleições, CNE Rev. Arão Litsure, anunciou os resultados – que estavam cheios de erros. A CNE e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, STAE, levaram mais quatro dias a trabalhar em segredo, para corrigir os erros e “limpar” os resultados. Estes foram afixados na sede da

CNE como exige a lei, mas não foram dadas cópias aos jornalistas nem aos observadores, porque continham erros, particularmente em relação à afluências. Finalmente foi publicado no *Notícias* de 11 de Dezembro, embora também contendo erros.

Entre o primeiro e o terceiro anúncio a CNE mudou o número de assentos nas assembleias de 11 cidades. Segundo, os funcionários do STAE assumiram erradamente que o limiar de 5% segundo o qual, nas eleições *nacionais*, os partidos só ganham assentos se tiverem mais de 5% dos votos, também se aplicava às eleições locais; na realidade, estas não obrigam a nenhum limiar. Isto significou que os pequenos partidos e listas de cidadãos foram informados que só tinham ganho assentos em 3 cidades, quando o último anúncio acabou por mostrar que tinham ganho assentos em 9 cidades. No primeiro anúncio a Renamo tinha ficado sem o seu assento em Xai-Xai.

Tal como aconteceu em 1999, os membros da Renamo da Comissão Nacional de Eleições, CNE, abandonaram a sala no último minuto, às 10 da noite na quarta feira dia 3 de Dezembro. A Renamo rejeitou o resultado e os seus membros na CNE não estiveram presentes no anúncio de Litsuri, na tarde do dia seguinte. Mas o protesto foi simbólico e, ao contrário de 1999, os membros da Renamo voltaram à CNE na sexta-feira dia 5 de Dezembro.

A CNE trabalhou em segredo e não apresentou actas das reuniões. Isto permitiu pelo menos três acordos políticos – a coabitação em Marromeu, tempo extra dado à Renamo para fazer correcções nos seus documentos de nomeação e permissão para Artur Vilankulos concorrer a presidente de Maputo pela Renamo apesar de não ter conseguido cumprir com todos os requisitos da lei. Os pequenos partidos argumentaram que isto permite aos dois partidos grandes discriminarem-nos. Com os dois partidos grandes a encontrarem-se em segredo na CNE, viram candidatos seus serem desqualificados mas que podiam ter concorrido se lhes tivesse sido dado o tempo que foi dado à Renamo e se os seus protestos não tivessem sido rejeitados com tão pouca consideração.

Renamo protesta e pede longa recontagem

Na quarta feira dia 3 de Dezembro à noite, os membros da Renamo na CNE pediram que esta recomeçasse toda a contagem, não a partir dos resultados das comissões eleitorais de distrito mas a partir do início, usando os 5 372 editais de cada uma das assembleias de voto. Pediram também que a contagem fosse feita à mão pelos membros da CNE, um processo que poderia levar várias semanas. O pedido foi rejeitado e a Renamo abandonou em protesto.

A seguir a Renamo disse que faria um protesto formal ao Conselho Constitucional com base no Artº 100 da Lei Eleitoral que exige a confrontação dos dados das assembleias de voto com a lista destas assembleias, para garantir que não foram adicionadas assembleias de voto extra, e que isto requer que o processo seja pedido por membros da CNE da Renamo.

Num comunicado de 4 de Dezembro, o resto da CNE argumentou com a impraticabilidade de comparar pessoalmente milhares de editais, que tinha agido dentro da lei ao delegar a tarefa ao STAE e que isto tinha sido feito através da criação de uma base de dados no computador, usada apenas para fazer esta confrontação e não para produzir os resultados finais.

A Renamo rejeitou isto porque não confia no STAE nem no seu director António Carrasco. Muitos observadores apoiaram a queixa da Renamo de que o sistema de computador usado pelo STAE não é transparente e é controlado por fiéis à Frelimo que não aceitam de bom grado pedidos de esclarecimento.

Mas a Renamo chegou a esta posição demasiado tarde. No parlamento concordou com uma lei que exige resultados dentro de 15 dias, tornando assim impraticável uma confrontação manual dos números. Isto tem implicações para as eleições gerais onde haverá 22 mil editais. Se o método usado pela Renamo na Beira e noutros lados, no qual cada edital é lido em voz alta por duas pessoas diferentes, ler e registar todos estes editais levaria vários meses e a lei precisaria de mudar para o permitir.

Se levou perto de três semanas para apurar os votos de menos de um milhão de eleitores, o que vai acontecer no ano que vem com seis milhões de eleitores?

Acordo político sobre Marromeu

A coabitação em Marromeu reflecte duas coisas: a realidade do voto e um acordo político. O apuramento intermédio oficial deu ao candidato da Frelimo a presidência a vitória por dois votos e à Frelimo a maioria na assembleia por 17 votos. Uma contagem paralela confirmava a vitória da Frelimo na assembleia mas dava a presidência ao candidato da Renamo por 1 voto.

Marromeu teve uma elevada percentagem de votos inválidos, 8%, e a Renamo fez um protesto formal de que esta assembleia de voto tinha declarado inválidos muitos votos que para a Renamo eram válidos. Quando estes fossem reconsiderados pela CNE puderam alterar o resultado final. Mas afinal foi feito um acordo político, com ambos os partidos na CNE a consultarem os seus líderes partidários ao nível mais alto. Só foram reclassificados alguns votos nulos – 14 de 349 relativos à assembleia municipal – e em vez disso a decisão dividida foi confirmada como acordo político.

Ironicamente, a decisão final para atribuir a presidência à Renamo só foi tomada pela CNE às 2 da madrugada de quinta-feira, depois da Renamo já ter abandonado em protesto.

6 pequenos partidos & listas de cidadãos ganham assentos

A Renamo terá assentos em todas as assembleias municipais excepto duas e nessas 31 cidades é o segundo maior partido. Seis pequenos partidos e listas de cidadãos ganharam assentos, isto é, o mesmo número que em 1998.

O Partido Independente de Moçambique, PIMO, ganhou pela primeira vez, com um único assento, em Nampula, Cuamba e Angoche. O PIMO é o único pequeno partido fora da Renamo União Eleitoral a construir uma estrutura partidária e a sua eleição significa que deve ser considerado seriamente.

O IPADE, o novo grupo de Raul Domingos (tecnicamente uma lista de cidadãos nesta eleição, mas efectivamente um partido) ganhou um assento na Beira e outro no Dondo.

Cinco listas de cidadãos locais ganharam assentos em 1998 mas não criaram uma base; apenas dois dos cinco concorreram de novo este ano. A Organização de Candidaturas Independentes de Nacala-Porto, OCINA, passou de 11 lugares em 1998 para apenas 1 este ano. Em Maputo, Juntos Pela Cidade, JPC, terá 5 lugares em Maputo comparados com 15 em 1998, e foi empurrado pela Renamo para o terceiro lugar.

Dois novas listas de cidadãos conquistaram um assento nesta eleição. A União Para a Mudança, UM, ganhou um lugar no Gurué e o grupo UPI, Unidos Pela Ilha, terá um assento na Ilha de Moçambique. Em Angoche, o Grupo Independente de Desenvolvimento de Angoche, GDA, não conseguiu ganhar um lugar.

Dois significativos pequenos partidos perderam desta vez. O Partido Trabalhista, PT, que foi o melhor dos pequenos partidos fora da coligação Renamo-UE, com 2,7% do voto parlamentar em 1999 e o único dos pequenos partidos a conquistar assentos em assembleias municipais em 1998 (3 em Xai-Xai, 1 em Maputo), não foi capaz de capitalizar na posição adquirida e desta vez não conquistou lugar nenhum. E o UNAMO, que está na Assembleia da República dentro da Renamo-UE mas concorreu sózinha nas eleições locais, não conseguiu nenhum assento. O presidente Dhlakama da Renamo tinha dito inicialmente que já não precisava dos pequenos partidos e iria concorrer sózinho. Mas depois que estes se juntaram e concordaram em permanecer numa lista única em todas as cidades, Dhlakama chegou à conclusão de que eles poderiam tirar votos à Renamo e apelou para o restabelecimento da coligação. Todos regressaram à Renamo-UE, excepto a UNAMO

Renamo chocada rejeita resultados

“Nós não reconhecemos os resultados e pedimos que as eleições sejam anuladas,” declarou a 4 de Dezembro o Secretário Geral da Renamo Viana Magalhaes, um antigo membro da CNE. Se as eleições não forem anuladas a Renamo vai fazer manifestações em todos os municípios, disse ele.

Em 10 municípios, a Renamo ganhou 60% ou mais do voto das eleições gerais de 1999. No entanto este ano só ganhou quatro das cidades – Beira, Nacala, Angoche e Ilha de Moçambique – e esteve perto de ganhar outra – Marromeu, onde perdeu a maioria na assembleia mas o seu candidato à

presidência ganhou. Foi derrotada por largas maiorias em Milange (com 76% do voto de 1999 sendo considerada como a cidade mais segura da Renamo), Dondo e Mocuba.

Na semana a seguir às eleições, a Renamo estava estupefacta com estes fracos resultados. Mas este ano não houve as explosões de fúria e frequentes conferências de imprensa reclamando fraude e manipulação dos resultados que marcaram os dias que se seguiram às eleições gerais de 1999. Mesmo o protesto da chefia da bancada parlamentar da Renamo à porta da Comissão Nacional de Eleições a 3 de Dezembro, pareceu apenas simbólica e sem ânimo, já que a contagem paralela da própria Renamo confirmou o fraco desempenho na Zambézia e, em geral, nas cidades de interior.

Mesmo o abandono da CNE não passou de uma birra de criança petulante e os membros da Renamo na CNE voltaram pacificamente dois dias depois.

Como se estivesse em estado de choque, as respostas da Renamo foram confusas e descoordenadas. Por exemplo, na tarde de 4 de Dezembro Magalhães pretendia que as eleições fossem anuladas; mas anteriormente, no mesmo dia, tinha dito que a Renamo pretendia só uma recontagem.

Na manhã antes do anúncio oficial dos resultados, a Renamo rejeitou as eleições com base em “graves irregularidades”. Magalhães disse que a campanha do recenseamento de Julho tinha sido mal conduzida em áreas onde a Renamo era forte; uma questão não levantada na altura. Queixou-se de que a Frelimo estava a comprar milhares de cartões de eleitor de apoiantes da Renamo o que, a ser verdade, seria um exercício fútil uma vez que os cidadãos podem votar sem cartão de eleitor e apenas com bilhete de identidade.

Magalhães disse também que tinha havido intimidação no dia da eleição para desencorajar os votantes da Renamo. Citou Cuamba especificamente. A Renamo tinha previamente feito esta alegação e o *Boletim* verificou com observadores nacionais e internacionais que tinham lá estado. Todos negaram que tenha havido qualquer atitude da polícia nesse sentido.

Disse também que tinha havido uma grande falsificação de editais mas só foi capaz de citar o caso dos 13 na Beira. Finalmente, disse que a CNE estava a violar a lei permitindo que o pessoal do STAE fizesse parte da reclassificação dos nulos e de outros procedimentos na contagem final.

Um problema para a Renamo é que quase todas as decisões da CNE foram tomadas por consenso, incluindo a organização do registo, a questão contenciosa de mandar os editais por fax para Maputo, e o método de contagem dentro da CNE. Isto faz com que os membros da Renamo dentro da CNE sejam também culpados de “graves irregularidades”.

Magalhães reclama que todos os votos resultaram da ditadura da maioria da Frelimo, o que é falso; a maior parte das decisões foram por consenso o que é uma das razões da lentidão do processo.

Baixos resultados para Raul Domingos

O partido emergente de Raul Domingos não andou tão bem quanto se esperava, conquistando apenas 3% do voto na Beira e Quelimane e 6% no Dondo, ganhando assim apenas dois assentos nestas assembleias municipais.

Domingos foi um ferroviário raptado que subiu dentro da Renamo até chegar a negociador chefe nas conversações de paz de 1990-92 e a figura senior da Renamo na Assembleia da República. Depois das eleições de 1999, foi Domingos quem negociou com a Frelimo a oferta sem precedentes de permitir à Renamo ter governadores em três províncias.

Nessa altura o presidente da Renamo Afonso Dhlakama, achou que Domingos podia ser uma ameaça. Rejeitou o acordo com a Frelimo (dizendo que não aceitava menos de 6 governadores) e expulsou Domingos do partido.

Domingos manteve-se na Assembleia da República como independente e estabeleceu uma ONG chamada IPADE (Instituto para a Paz e Democracia) que conseguiu apoio de doadores. Estes esperavam que Domingos viesse a criar a muito desejada “terceira força” fora da Frelimo e da Renamo. A Renamo nitidamente viu isto como uma ameaça e na CNE assumiu uma linha rígida sobre os candidatos do IPADE. Os que eram de Tete e Moatize, dois objectivos da Renamo, foram excluídos.

Tecnicamente o IPADE apresentou-se como uma lista de cidadãos nas eleições locais. Mas anteriormente, em Outubro, Domingos já tinha anunciado a formação do seu novo partido, o PDD

(Partido para a Paz e Desenvolvimento). Com base no fraco desempenho nas eleições autárquicas, o PDD terá de trabalhar duramente para conseguir impacto nas eleições gerais de 2004.

Comentário

Organização dos Partidos foi crucial

Estas eleições locais voltam a comprovar que a organização pode ser mais importante que os dirigentes para os partidos políticos. A Renamo perdeu em locais como Mocuba e Milanga, onde esperava ganhar, porque os seus apoiantes não votaram. Durante décadas, a Frelimo tem desenvolvido uma organização forte do partido, que funciona no intervalo entre eleições para manter o apoio, e durante as eleições garante que este núcleo de apoiantes vá votar.

Em Mocuba, os votantes da Frelimo saíram de casa mesmo debaixo de chuva torrencial, mas os votantes da Renamo não fizeram o mesmo. Porquê? Provavelmente porque a Renamo não foi capaz de convencer os seus próprios adeptos de que valia a pena sair à chuva para tirar a Frelimo do poder. Um partido eficiente precisa de militantes desejosos de trabalhar duramente para motivar o grupo mais alargado de apoiantes para sair de casa e ir votar. Não é uma questão de dinheiro, é uma questão de pessoas.

Onde a Renamo andou bem, foi precisamente onde tinha esta organização. O *Domingo*, jornal que segue fielmente a Frelimo, fez notar no dia 30 de Novembro que mesmo antes do início oficial da campanha os militantes da Renamo andavam de porta em porta a angariar apoio para o seu candidato Davis Simango, não só nas áreas periféricas conhecidas por apoiarem a Renamo, mas mesmo nas áreas centrais que apoiam a Frelimo.

Trabalhando para o dia da eleição, a Renamo tinha centenas de jovens apoiantes “incansavelmente, noite e dia”. Contrastando com isso, à noite jovens vestindo as camisetas da Frelimo estavam nas discotecas e nos bares em vez de andarem na rua a fazer campanha.

Parece evidente que a Frelimo conseguiu mobilizar os seus adeptos por todo o país, enquanto a Renamo só foi capaz de fazer surgir o voto nos sítios onde se esforçou particularmente. Assim, houve afluência de eleitores acima da média em Nacala, Ilha de Moçambique, Angoche e Mocímboa da Praia onde a Renamo mobilizou. Mas em municipalidades em que esperava ganhar porque tinha tido bons resultados em 1999, este ano esteve muito fraca, como foi o caso de Mocuba, Milange e Chimoio. A afluência foi abaixo da média porque os votantes da Frelimo foram às urnas e os da Renamo não foram.

Os fracos resultados do PT e do JPC sublinham este ponto. Em 1998 ganharam assentos nas assembleias locais mas não usaram esta posição para construir proeminência e convencer as pessoas que podiam ser uma alternativa eficaz ao governo. Do mesmo modo, Raul Domingos e do IPADE nunca criou uma organização e teve maus resultados.

Joseph Hanlon

Comentário

Os eleitores premeiam o sucesso?

Para o *Boletim*, Nacala e Dondo foram dois testes nestas eleições, porque eram municípios particularmente bem administrados com excelentes presidentes em áreas onde a Renamo ganhou mais de dois terços do voto nas eleições nacionais de 1999. Por causa do boicote da Renamo às eleições autárquicas de 1998, tanto os presidentes como as assembleias municipais eram da Frelimo. Teriam os eleitores premiado uma direcção municipal diferente do seu partido habitual?

Dondo fica logo a seguir à Beira, onde a Renamo ganhou, no entanto a respeitável administração da Frelimo reteve o controlo do Dondo por uma larga margem.

Nacala era geralmente vista como a mas criativa e mais bem gerida autarquia em Moçambique e o seu primeiro presidente, José Caetano era visto como o melhor presidente das primeiras administrações municipais. A Renamo respondeu avançando com o seu melhor candidato, Manuel dos Santos, o chefe da companhia das águas local e uma pessoa com bastante experiência administrativa da cidade. A competição gerou uma boa afluência, 36%, e os eleitores parecem ter concluído que Manuel dos Santos era credível e capaz de dar continuidade aos bem sucedidos esforços de Caetano.

- Joseph Hanlon

Quem gere as eleições?

O órgão administrador das eleições é em primeiro lugar a Comissão Nacional de Eleições, CNE, composta por um presidente nomeado pela sociedade civil e 18 membros nomeados pelos partidos na proporção da representação no parlamento, o que significa 10 da Frelimo e 8 da Renamo. Há também comissões eleitorais provinciais, de distrito ou cidade, que são mais pequenas mas têm a mesma estrutura. Têm um mandato de cinco anos que começou este ano.

Sob as ordens de cada comissão eleitoral há um Secretariado Técnico de Administração Eleitoral, STAE, que de facto faz todo o trabalho. A nível nacional é chefiado por António Carrasco, desde 1998. É ferozmente detestado pela Renamo e o seu mandato termina no fim deste ano. O sucessor deve ser recrutado em competição aberta, pela CNE. Provavelmente outras figuras séniores e com experiência vão sair.

Como é contado o voto

Os votos começam por ser contados em cada mesa de assembleia de voto, na presença de observadores e delegados de candidatura, logo a seguir ao encerramento da assembleia de voto. É o “apuramento parcial”. O edital é então afixado do lado de fora da porta, são dadas cópias aos delegados de candidatura e outras são mandadas à comissão de eleições distrital ou de cidade e à CNE.

Os comissões eleitorais de distrito ou cidade somam as editais e declara um “apuramento intermédio”, em princípio dentro de três dias. Isto é feito à mão, usando calculadoras e colunas de números. A comissão de eleições também manda por fax cópias dos editais à CNE em Maputo. Editais e actas das assembleias de voto, bem como os votos nulos de todas as assembleias de voto, e editais e actas da apuramento intermédia são mandadas para a CNE em Maputo.

A nível nacional, a CNE faz duas coisas. Primeiro, os editais recebidos por fax são introduzidos num computador e os resultados catalogados e comparados com os apuramentos intermédios. Quando são semelhantes, toma-se o apuramento intermédio. Só num caso não foram semelhantes. Uma assembleia de voto não pode ter mais de 1000 eleitores, mas para o município de Chimoio uma assembleia de voto tinha mais de 1000 votos para a Renamo e isto foi incluído no apuramento intermédio. Este edital foi removido e o apuramento intermédio calculado de novo. Em mais nenhum caso foi usado o que saíu do computador.

A seguir, a CNE reconsidera todos os nulos, que este ano foram 3, 6% do total de votos – ao todo mais de 40 000. A CNE considerou válidos um quinto deste total e acrescentou-os aos dos apuramentos intermédios tal como foram declarados pelas comissões eleitorais distritais. Este é o apuramento geral, o resultado final.

Má fé e má conduta na Beira

Editais alterados e desaparecidos causaram crises durante a contagem na Beira. Isto levou a Frelimo ser acusada de má fé e de usar táticas do tipo daquelas de que normalmente acusa a Renamo. A crise final só foi resolvida quando a Renamo foi magnânima na vitória e fez concessões fundamentais.

Excepto na Beira e na Ilha de Moçambique, a contagem a nível municipal decorreu sem atritos.

Mas a contagem na Beira foi suspensa três vezes – uma quando um técnico da Renamo recusou abrir o armazém, outra quando um técnico da Frelimo alegadamente tentou acrescentar os votos da Frelimo nos editais e pela terceira vez, quando se descobriu que tinha desaparecido a informação de 10 assembleias de voto. A contagem intermédia só foi anunciada na quinta feira 27 de Novembro, mais de uma semana após a votação.

A primeira demora ocorreu quando o director adjunto do STAE (Secretariado Técnico da Administração Eleitoral) na Beira, Jaime Domingos, bloqueou a contagem para protestar contra o que julgou ser uma ordem ilegal da CNE, a Comissão Nacional de Eleições. A CNE ordenou que os editais das assembleias de voto fossem enviados a Maputo por fax, mas a Renamo na Beira contestou que isso era ilegal e que os editais só podiam ser levados por mão até Maputo. Como parte da politicização de todo o processo, há três chaves para o armazém que guarda os documentos recolhidos – uma com o director do STAE, as outras duas com os directores adjuntos, da Renamo e da Frelimo. Todos três

juntos devem abrir o armazém. Como parte do protesto, o director adjunto da Renamo recusou usar a sua chave.

De acordo com Samuel Malate, à frente da Comissão Provincial de Eleições de Sofala, foi precisa a intervenção de José de Castro, vice presidente da CNE da Renamo, que na quinta feira à noite deu instruções à Renamo na Beira para colaborar na abertura do armazém.

A contagem começou finalmente na sexta feira de manhã para ser de novo interrompida quando a Renamo apanhou um técnico a falsificar editais a favor da Frelimo quando eles começavam a ser mandados por fax para Maputo – exactamente a fraude que a Renamo temia.

A Comissão de Eleições de Cidade (CEC) trabalhava muito lentamente, mas por acordo, na contagem. Os membros da CEC e funcionários do STAE da cidade sentavam-se numa mesa oval. Primeiro o presidente adjunto da Frelimo lia alto cada edital, depois passava-o ao vice presidente da Renamo que o lia alto outra vez. As pessoas sentadas à mesa tomavam notas dos números e confrontavam-nos. Finalmente o edital passava à máquina de fax no canto da sala para ser transmitido a Maputo.

Na sexta feira à noite um técnico do STAE nomeado pela Renamo, Patrick Domingos, olhou para o técnico do STAE, Joaquim Albuquerque Lobo, que estava a enviar os faxes e viu-o a escrever. Inspeccionando mais de perto, viu que em 13 editais o número de votos para o candidato da Frelimo da Beira, Djalma Lourenço, tinham sido aumentados. Onde por exemplo Lourenço tinha 42 votos, o técnico escreveu 1 atrás para lhe dar 142. Quatro dos editais alterados já tinham seguido para Maputo, para catalogação.

Foi uma tentativa de fraude estúpida e sem sentido, por duas razões. Primeiro era óbvio, porque mudava os algarismos (42 para 142) mas não as palavras (“quatro dois” não era mudado para “um quatro dois”). Segundo, o total dos votos não era mudado de modo a coluna ser somada ao total no edital e o boletim seria rejeitado pelo sistema de computadores da CNE em Maputo.

A CEC reuniu todo o dia no Sábado, com a Renamo irritada argumentando que o pessoal do STAE tinha provado ser corrupto e a favor da Frelimo, e não devia estar presente enquanto a CEC fazia as contas. Por volta do fim da tarde, entretanto, alcançou-se consenso e retomou-se a contagem.

A lista de resultados tanto para presidente como para a assembleia municipal acabou por ser compilada. Mas na segunda feira, quando as listas foram conferidas, descobriu-se que não tinham sido contadas 10 das 260 assembleias de voto e que não apareciam os editais e outros materiais dessas assembleias.

Depois de demorada discussão, a CEC – que é presidida por um elemento da sociedade civil mas tem a maioria da Frelimo - concordou em convidar a Frelimo e a Renamo para submeter as cópias autenticadas dos 10 editais desaparecidos que tinham sido entregues aos delegados das candidaturas nessas assembleias de voto. Se estes mostrassem a mesma informação, seriam utilizados.

A Renamo submeteu rapidamente as suas cópias na manhã de terça-feira mas a Frelimo não o fez. A atmosfera na sala das contagens permanecia tensa. A Renamo acusava a Frelimo de “má-fé” e disse que só as suas cópias dos editais deviam ser usadas para completar a contagem. A Frelimo recusou, dizendo que não podia confiar nas cópias da Renamo, mas não quis entregar as suas. Na terça feira à noite, o presidente da CEC Chacanza Chumano admitiu o impasse e disse que só a CNE o podia resolver. Na quarta feira a CNE mandou dois membros, um da Frelimo outro da Renamo, para a Beira.

A Renamo acabou por fazer uma concessão fundamental. Depois de discussões que envolveram a CEC, a CPE e os dois da CNE, a Renamo permitiu que fossem anunciados os resultados sem as 10 assembleias de voto desaparecidas; os 13 editais alterados foram incluídos, porque tinham sido avaliados pela CEC antes de terem sido alterados.

No fim, a Renamo aceitou que a Frelimo não podia ser autorizada a impedir o anúncio da vitória da Renamo.

Apesar do elevado nível de tensão, o processo foi significativamente aberto, com observadores nacionais e internacionais, e por vezes também a imprensa, presentes na sala das contagens mesmo durante as aceras discussões da CEC. Apenas foram à porta fechada as reuniões com os dois representantes da CNE.

Ao longo da semana de começa-e-pára as contagens, apoiantes da Renamo que variavam entre dezenas até centenas, fizeram vigílias pacíficas à porta do gabinete do STAE e um grande grupo de polícias ficou a vigiar os manifestantes. Tudo se passou em paz e disciplina mas mesmo assim criou tensão.

Renamo computerisa contagem na Beira

A Renamo fez uma detalhada contagem paralela na Beira, usando as suas cópias dos editais. Todo o processo foi computerizado e a apresentação especialmente clara, com os resultados de cada assembleia de voto dados numa tabela ao longo de 17 páginas. Na verdade a apresentação é mais clara e mais completa do que qualquer das que foram produzidas pelo STAE ou pela Comissão Nacional de Eleições. A versão da Renamo permite aos observadores fazerem comparações de cada uma das assembleias de voto com as suas próprias cópias dos editais. Observadores que fizeram esta comparação disseram que as listas da Renamo eram exactas. O trabalho estava pronto no Sábado ou talvez mais cedo. Ironicamente a Renamo recusou permitir a compilação computerizada de resultados a nível local este ano. Em vez disso, ao nível de distrito e cidade, os números foram laboriosamente escritos à mão e depois somados com calculadora. Além de aumentar as possibilidades de erro, também significou que algumas municipalidades não puderam apresentar os resultados em três dias como diz a lei. Em Maputo, a contagem levou pelo menos cinco dias.

A própria Renamo provou que a compilação por computador é viável, rápida e, mais importante ainda, produz uma apresentação muito clara. O *Boletim* sugere que para as eleições gerais de 2004, a Comissão Nacional de Eleições considere a adopção da versão do sistema da Renamo tal como foi usado na Beira.

Cadernos de recenseamento confusos e inexactos

Questões persistentes de registo continuaram nesta eleição apesar de um exercício de registo bem sucedido, efectuado no início deste ano. Os problemas discutidos a seguir incluem assembleias de voto deslocadas, descaminho de cadernos de recenseamento, erros nos cadernos de recenseamento e confusão total sobre quantas pessoas estão registadas. A Missão de Observadores da UE criticou explicitamente "a inexistência de um caderno eleitoral único e fiável" e avisou que "a questão dos cadernos eleitorais tem sido uma questão política já desde eleições anteriores"

Cadernos e assembleias de voto

Em princípio as pessoas votam no mesmo local em que se registaram, muitas vezes uma escola. Os cadernos de recenseamento contêm espaço para 1000 nomes e quando um caderno está cheio em qualquer dos postos de recenseamento, começa-se um caderno novo. Cada caderno de 1000 nomes passa a ser uma única assembleia de voto.

O registo, a assembleia de voto e o cartão de eleitor, têm todos o mesmo número. Assim um eleitor espera ir ao lugar onde se recenseou e procurar a assembleia de voto, geralmente uma sala de aula, que tem o número certo. Os eleitores entram na assembleia de voto, e entregam o seu cartão de eleitor. O seu nome é assinalado no caderno e são-lhe entregues os boletins de voto.

Houve um registo nacional em 1999 e este ano uma actualização que utilizou novos cadernos de recenseamento. Habitualmente os cadernos novos são atribuídos a novas assembleias de voto. Isto conduziu ao fenómeno observado largamente de haver salas de aula com filas de espera enormes e outras sem nenhuma fila. Por toda a parte os observadores notaram que uma percentagem muito mais alta de recém-registados votaram, resultando em filas de espera nas assembleias de voto de 2003 e não nas de 1999.

Onde há dois cadernos com menos de 1000 nomes no total, habitualmente são juntos numa única assembleia de voto com dois números.

Ambos os registos de 1999 e 2003 foram computerizados mas as assembleias de voto devem ter os dois originais de capa azul, escritos à mão e também o caderno computerizado de capa branca. Isto resultou em que muitas assembleias de voto tinham quatro cadernos de recenseamento diferentes.

2 milhões registados

Antes das eleições gerais em 1999, foi feito um novo recenseamento eleitoral de 7, 1 milhões de eleitores. Não houve nenhuma actualização até se registarem 2 milhões de novos eleitores durante uma campanha de quatro semanas, em Julho. O recenseamento foi feito no país inteiro e não apenas nas cidades.

Registaram-se pela primeira vez como eleitores 1,308,592 pessoas. Muitos são jovens que fizeram 18 anos depois da eleição de 1999. Outros 237,652 transferiram o registo porque mudaram de residência e 512, 275 requereram novos cartões para substituir os velhos, estragados ou perdidos.

O recenseamento foi de 92% daquilo que o STAE tinha previsto. Nas três províncias do norte, o registo excedeu as expectativas, mas noutros lugares foi mais baixo, particularmente nas áreas que foram afectadas pelas cheias em 2000 e 2001 e onde o STAE tinha previsto mais cartões de eleitor perdidos.

As equipas do recenseamento em todas as províncias ficaram sem filme para as fotos do cartão dado aos eleitores, e foram obrigados a registar 28, 521 eleitores sem lhes dar cartão; destes 13, 174 eram da cidade de Maputo. Os cartões deviam ser emitidos mais tarde, mas na realidade menos de um quarto dessas pessoas recolheu os seus cartões de eleitor. Mesmo sem ele, tiveram direito a votar.

Os novos registos fizeram subir a lista de eleitores de 8.4 milhões ou 9.1 milhões, dependendo de como se calcula. Aparentemente não foi feito nenhum esforço para retirar das listas as pessoas que já morreram.

Erros resultaram em milhares que não puderam votar

Erros nos cadernos de recenseamento combinados com cadernos desaparecidos resultaram em milhares de pessoas a quem é negado o direito a voto. Os problemas foram relatados por jornalistas e observadores pelo país fora.

As brigadas de recenseamento fizeram muitos erros, escrevendo mal os nomes ou nomes diferentes no caderno e no cartão, errando nos números escritos no cartão (tanto do caderno como do eleitor) ou, pior ainda, emitindo um cartão mas esquecendo-se de escrever o nome no caderno. Quando os cadernos são computerizados ocorre um novo conjunto de erros. Novamente aparecem nomes mal escritos ou mal transpostos. Alguns são repetidos ou deixados de fora, levando a um salto na numeração no caderno.

Tornou-se tão óbvio que havia numerosos erros no caderno de recenseamento que a 3 de Novembro a CNE aprovou a instrução 40 que diz, com efeito, que quem quer que tenha cartão pode votar desde que o seu nome apareça em um dos cadernos, o manuscrito ou o computerizado.

Isto permitiu que muita gente votasse, mas outros continuaram excluídos. Um problema maior foi que os cadernos originais de 1999 manuscritos, tinham desaparecido de muitas assembleias de voto que só tinham a versão computerizada. Assim não era possível verificar no caderno original.

Os observadores notaram que um significativo número de eleitores chegava às assembleias de voto com cartões que tinham o número da assembleia de voto mas o eleitor não estava em nenhum dos registos. A instrução 40 parece clara e estas pessoas não são autorizadas a votar. Mas a posição era confusa. Numa conferência de imprensa na véspera do dia das eleições o presidente da CNE Rev Arão Litsuri disse que estas pessoas seriam autorizadas a votar. Era culpa das brigadas de recenseamento e os eleitores não podiam ser penalizados por isso, explicou. O resultado foi a confusão total, com algumas mesas permitindo estas pessoas depositarem o voto e outras a mandá-las embora.

Em alguns locais, onde chegaram pessoas com cartões com o mesmo número, só a primeira a chegar foi autorizada a votar, e não a segunda, com base no facto de o número já estar assinalado. Isto foi visto por correspondentes nossos em Manica e na Beira.

- Em Vilankulo, o voto em algumas assembleias de voto foi suspenso durante por vezes uma hora, quando o chefe dos delegados da Renamo lhes deu instruções para não permitirem o uso dos cadernos computerizados e insistir no uso dos cadernos originais manuscritos.

Assembleias de voto deslocadas e cadernos desaparecidos

Em princípio os eleitores votam no mesmo local em que foram recenseados. Mas houve vários relatórios este ano de assembleias de voto que foram deslocadas, geralmente de uma escola para outra a um quilómetro de distância ou mais. Os eleitores chegam, procuram a escola em vão, procuram alguém a quem possam perguntar e são mandados para outra escola. Muitos dos observadores, particularmente estrangeiros, relataram isto.

Um observador contou a sua experiência em Maputo. “Vi um homem idoso chegar à Escola Comercial, onde lhe foi dito que a sua assembleia de voto tinha mudado para a Malhangalene, que fica a 1 Km de distância e no alto da colina. Tenho a certeza que ele não votou”.

Algumas mudanças pareciam ser intencionais, por exemplo, onde não havia salas suficientes numa escola; algumas são resultado de desorganização quando duas assembleias de voto são trocadas por engano; e algumas parecem totalmente acidentais por causa da confusão com os cadernos de recenseamento.

Os cadernos eleitorais estão dentro dos “kits” – caixas metálicas contendo o material fornecido a cada assembleia de voto. Mas em quase todas as cidades houve relatórios de cadernos de recenseamento perdidos ou de cadernos a serem enviados para o lugar errado. Na maior parte dos casos, os cadernos estavam perto da assembleia de voto correcta, embora alguns só tivessem sido entregues à tarde, significando que muitas pessoas não esperaram e portanto não votaram. Algumas assembleias de voto devem ter aberto muito tarde ou nem chegaram a abrir.

• A Renamo na cidade de Nampula apresentou um protesto formal sobre as movimentações de assembleias de voto e cadernos de recenseamento desaparecidos, o que diz ter sido suficientemente comum para ter afectado os resultados. A Renamo alega que a Frelimo teve como objectivo as assembleias de voto que tiveram mais votos para a Renamo nas eleições de 1999. (De facto é possível identificar essas assembleias de voto).

Preocupação dos observadores com a CNE e recenseamento

“Devem ser consideradas algumas deficiências na administração eleitoral, em particular o tratamento dos cadernos eleitorais, o modo como a CNE funciona, e os mecanismos de reclamações e recurso.”
“A inexistência de um caderno eleitoral único e fiável continua a constituir matéria de preocupação”.
- Missão de Observação de Eleições da UE

“Espera-se que as autoridades eleitorais estabeleçam um caderno eleitoral único”
- Carter Center

Quantos Eleitores?

Os números do recenseamento são totalmente confusos e é impossível dizer quantos votantes potenciais há na realidade. Em princípio devia ser simples. Nos 33 municípios havia 1,828, 716 eleitores inscritos em 1999. Este ano registaram-se 373, 326 novos eleitores nas municipalidades, dando um total de 2,202,042 votantes este ano.

Digamos, quase. De facto a CNE diz que há mais 6850, portanto 2,208,892. Este é o número publicado pela CNE a 20 de Agosto de 2003 como número oficial, juntamente com números similares para as 33 cidades. Estes foram usados para calcular quantas assinaturas, 1% do total, eram precisas para as candidaturas presidenciais e o número de assentos na assembleia municipal, que também é baseado nos eleitores registados.

Mas há um segundo número. A CNE reporta que nos municípios houve 78,024 pessoas transferidas que entregaram os cartões velhos e que receberam um novo. Além disso, 151,277 pessoas disseram que tinham perdido o cartão ou lhes foi toubado. Estes também tiveram cartão de eleitor novo e novos números de registo de 2003. Com os novos registos, totaliza 602,627 pessoas. A CNE também tem um número para o registo de 2003 que é de 608,453, isto é, mais 5826 do que aqueles que se registaram.

O que devia acontecer é que os antigos registos de 1999 deviam ser revistos para remover todos os que morreram (pelo menos 110,000 pessoas) bem como quem foi transferido e recebeu cartão novo. De facto é difícil tirar pessoas da lista porque não pode ser feito pelo computador. O caderno de recenseamento computerizado usa um sistema simples, “Access”, que está limitado a 40,000 ficheiros

por base de dados. Assim os eleitores estão em centenas de bases de dados diferentes e não podem ser movidos ou removidos electronicamente.

A CNE diz que o tamanho do caderno de recenseamento de 1999 só diminuiu para 1,818,773. Isto quer dizer que quase toda a gente que foi transferida ou perdeu os cartões, está de facto registada duas vezes.

Assim temos dois números oficiais de registo de eleitores: **2,208,892 é o número oficial** que foi usado para atribuir lugares na assembleia municipal, e **2,431,221 é o total dos nomes que de facto figuram no caderno de recenseamento**, incluindo duplicações.

Qual deles usar? Sobre qual deles calculamos a afluência às urnas?

Mesmo as municipalidades estão confusas. Ao anunciar os resultados intermédios, a maior parte usou o número do caderno de recenseamento, mas algumas, incluindo Angoche, Quelimane, Xai-Xai e Mocímboa da Praia, usaram ambas o número oficial.

Calculando mandatos nas assembleias

O número de mandatos numa assembleia municipal depende do número de eleitores e está fixado em séries (20 000 até 30 000 votantes dão 17 lugares, 30 000 até 40 000 dão 21 lugares, etc.). O anúncio inicial do número de mandatos a 20 de Agosto baseou-se no número oficial menor, e este número de assentos foi usado nos resultados apresentados pelo Presidente da CNE Arão Litsure, a 4 de Dezembro.

Aparentemente, ao recalculer o número de mandatos para o anúncio de 11 de Dezembro, a CNE mudou para o número de votantes afixado a 8 de Dezembro o qual, para 28 municípios, é o número de nomes do caderno de recenseamento, incluindo as duplicações. Isto resultou que 7 cidades ganharam assentos e Marrómeu perdeu mandatos.

Para a maior parte das cidades não faz nenhuma diferença mas Xai-Xai acabou tendo muito poucos mandatos, 31 em vez de 39, porque a CNE continuou a usar o número oficial menor em vez do número do caderno de recenseamento com duplicações, como fez para outras cidades.

Além disso, a CNE calculou incorrectamente o número de mandatos para Inhambane e Nampula.

1 milhão registou-se duas vezes?

A nível nacional, 750,000 pessoas ou foram transferidas ou substituíram os seus cartões. Estas pessoas estarão no próximo ano no registo de eleitores. Serão acrescentados no registo de 2004 talvez outros 250,000 como transferidos ou tendo perdido o cartão. Por outras palavras, poderia haver um milhão de pessoas que figuram duas vezes nos cadernos.

Pode isto ser usado para fraude? Ficou claro que quando as pessoas se mudam e entregam os seus cartões, estes não são perfurados ou de algum modo cancelados – continuam a parecer-se como qualquer cartão válido e ainda correspondem a um nome na lista de eleitores. Há pelo menos 235,000 cartões espalhados pelo sistema. Estes em princípio deviam ser destruídos quando as pessoas a quem pertenciam foram removidas da antiga lista de 1999 mas não parece que isso esteja a acontecer.

A 27 de Novembro pessoas em Nampula descobriram uma pilha de lixo dos STAE que indevidamente tinha sido atirado para um riacho. Eram sacos contendo milhares de cartões de eleitor de pessoas que tinham sido transferidas. A Renamo alegou que estavam a ser usados para cometer fraude. Na verdade há duas razões pelas quais isso é pouco provável. Primeiro, se uma pessoa tentasse usar o cartão corria o risco de que alguém visse que não era o eleitor nomeado. Segundo, era preciso encontrar alguém não registado e que não tivesse votado, porque o dedo com tinta indelével impede realmente a dupla votação. Não há muita gente que não está registada e que se dispusesse a ir votar ilegalmente.

Todavia, ter tantas pessoas extra na lista de eleitores constitui potencial para fraude, especialmente se o sistema de computadores puder ser manipulado para fazer com que algumas destas pessoas “vota”.

Eleitores aparecem e desaparecem

Analisar o registo torna-se porém muito mais complicado porque há dois conjuntos diferentes de números tanto para 1999 como para 2003. O “número oficial” citado acima é justamente o antigo de 1999 a que se juntam, aproximadamente, os novos registos de 2003. Mas o STAE também tem os números internos dos cadernos de recenseamento de 1999 e 2003, os quais não correspondem.

Há algum trabalho constante de actualização e isso explicaria pequenas diferenças mas não as grandes. Para 2003 a maior diferença é em Lichinga onde se disse que 11,124 pessoas se registaram este ano (novos, mais transferidos mais cartões perdidos) mas o registo contém 15,389 nomes. Em contraste na Matola registaram-se 72,583 pessoas, mas só aparecem 69,520 nos cadernos.

Ocorreram problemas semelhantes com os cadernos de 1999, onde os totais do número oficial e número interno coincidem, mas a nível das cidades, uma por uma, são diferentes. Marromeu, que nesta eleição teve resultados muito próximos, perdeu metade dos seus eleitores de 1999 – o total de 1999 diminuiu de 20,983 para 10,473. Manjacaze também perdeu quase metade dos eleitores de 1999. Para onde foram estes eleitores? Em contrapartida o caderno de recenseamento do Xai-Xai de 1999 saltou de 44,161 para 51,449. Dado que novos registos vão para cadernos novos, donde vieram estes eleitores extra?

O que isto mostra é que em Moçambique não existe um registo de eleitores limpo. A UE diz explicitamente que o registo não merece confiança. E o registo de 2004 só vai complicar a questão, resultando em mais cadernos de recenseamento e mais conjuntos diferentes de números.

Porque é que a afluência real foi de 28%

Calculamos que a afluência real nesta eleição foi de 28%. Qual é a base para isto?

Primeiro, aparte duas excepções, começamos com os números oficiais publicados pela CNE a 20 de Agosto. Estes são mais exactos do que o número que consta dos cadernos eleitorais porque não inclui cartões novos e de transferidos. A seguir reduzimos este número em 5% como estimativa *grosso modo* de eleitores que morreram. Isto dá uma estimativa do real tamanho da lista de eleitores. As duas excepções são Manjacaze e Marromeu, onde o número de eleitores na lista de 1999 caiu drasticamente. Com os novos números de 1999 mais as novas inscrições, chegamos a 6618 para Manjacaze e 15,277 para Marromeu. A outra excepção é Monapo, onde a CNE reduziu a sua estimativa do número de votantes depois de Agosto. Uma vez que ainda nos parece errado, usamos os números de 1999 mais os novos inscritos, para chegar ao total de 26 701.

Assim, a estimativa é de que a afluência nos 33 municípios foi como se segue (com a nossa estimativa do número dos votantes potenciais entre parêntesis):

Lichinga	32%	(44 703)
Cuamba	17%	(38 226)
Metangula	34%	(4 595)
Pemba	31%	(51 409)
Montepuez	43%	(27 240)
Mocimboa da Praia	46%	(15 750)
Nampula	15%	(182 940)
Nacala	36%	(80 417)
Angoche	35%	(42 030)
Monapo	21%	(26 701)
Ilha de Moçambique.	34%	(25 697)
Quelimane	28%	(85 353)
Mocuba	21%	(29 688)
Gurué	21%	(21 323)
Milange	25%	(10 211)
Tete	40%	(54 994)
Moatize	47%	(14 331)
Chimoio	27%	(86 184)
Manica	38%	(11 837)
Catandica	43%	(7 329)
Beira	28%	(206 065)
Dondo	35%	(32 260)

Marromeu	29%	(15 277)
Inhambane	29%	(26 390)
Maxixe	19%	(44 691)
Vilankulo	29%	(13 531)
Xai-Xai	38%	(52 314)
Chokwé	45%	(25 314)
Chibuto	41%	(26 769)
Mandlakazi	31%	(6 618)
Manhiça	35%	(21 536)
Matola	25%	(222 608)
Maputo	26%	(507 842)

todos 33 28% (2 062 169)

31 sem Matola
e Maputo 29% (1 331 720)

Fraca educação cívica ou abstenção activa?

A falta de educação cívica e a fraca participação da sociedade civil foram uma das principais razões para a afluência relativamente baixa, disse Artemiza Franco, directora do Centro de Pesquisa dos Direitos Humanos e Desenvolvimento. Outras figuras cívicas também foram citadas responsabilizando a educação cívica.

Mas isto tem sido largamente contestado e muitos comentadores argumentaram que esta foi uma abstenção activa, pelo menos em parte, reflectindo a desconfiança nos políticos e no governo. “O governo brinca com as pessoas, porque nas campanhas eleitorais há muito promessa, mas depois de se sentarem na cadeira do Muncípio, os eleitos esquecem-se do povo e só agravam a vida da população para sua alimentação”, comentou uma pessoa da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Democracia, AMODE, entrevistada por observadores em Nampula.

Outro disse “Preferem que o governo nomeie dirigentes de Nacala Porto em vez de enganar o público dizendo que há possibilidade de votar enquanto o governo não está interessado”. Um outro comentou: “o povo está cansado de escolher pessoas para no dia seguinte agravarem os impostos como é o caso da cobrança por lixo que não se recolhe”.

Uma carta no jornal *Notícias* de 22 de Novembro tinha por título “Votar é para inglês ver”. Nela, o autor Alcides Bazima disse “estarem já cansados dos seus dirigentes, que no concreto nada fazem em prol dos munícipes”

Otília Aquino, directora executiva da AMODE, fez notar que os pequenos partidos e candidatos independentes não tiveram bons resultados o que sugere que “a nossa oposição é a abstenção” de preferência a votar em candidatos que não estão dentro dos grandes partidos. Mas conclue que os pequenos partidos e os independentes só se podem culpar a si próprios porque não conseguiram convencer os eleitores a votarem neles em vez de se absterem.

Renamo diz que os níveis de abstenção são impossíveis

“É impossível que milhares de pessoas venham aos nossos comícios e não votem por nós,” disse José Samo Gudo deputado e coordenador eleitoral da Renamo-UE. “Conheço bem Nampula. Esta abstenção simplesmente não é possível”, acrescentou Tertuliano Juma, deputado e membro da equipa eleitoral da Renamo-UE de Nampula .

Funcionários da Renamo, chocados pela ausência dos seus apoiantes na votação, ficaram convencidos que a Frelimo organizou aquilo que Gudo chama uma “abstenção planificada” para afastar os votantes da Renamo. Gudo afirma especificamente que a Frelimo seleccionou as assembleias de voto onde a Renamo teve mais votos em 1999 (o que é possível, porque os registos são públicos) e de alguma maneira manipulou-as para impedir os apoiantes da Renamo de votar. Mas não consegue explicar como é que isto foi feito nem pode dar exemplos específicos.

Tanto Gudo como Juma afirmam também que houve um tal nível de intimidação pela Polícia e funcionários da Frelimo que os votantes da Renamo tiveram medo de sair de casa no dia das eleições.

“Conheço pessoas que tiveram medo de votar”, disse Juma. Mas não conseguiu dar detalhes embora a Renamo afirmasse que na véspera do dia das eleições a Polícia estava a fazer controle rigoroso de identificação em Cuamba. Pelo contrário, observadores nacionais e internacionais comentaram que não viram absolutamente nenhuma intimidação.

A União Europeia, por exemplo, disse especificamente que as pessoas foram “livres” de votar.

1% sem direito a voto

Pelo menos 1% das pessoas figurando nos cadernos de recenseamento não têm de facto direito a voto. As pessoas só podem votar na assembleia de voto na qual estão registadas. Mas a mesa e os delegados de candidatura estão frequentemente destacados para trabalhar em outras assembleias de voto que não são a sua.

Jornalistas, condutores, polícias e outros, têm o mesmo problema. Alguns podem ter a sorte de estar destacados na sua própria assembleia de voto. Outros trabalham suficientemente perto para fazerem um intervalo e correrem para a sua assembleia de voto e votarem. Mas muitos estão longe, não podem votar. Com uma média de dez pessoas destacadas para cada assembleia de voto, isto significa que 1% dos eleitores inscritos perdem o seu direito de voto.

Afluência grande em Mocimboa da Praia

Uma corrida particularmente difícil provocou uma alta percentagem de afluência às urnas em Mocimboa da Praia. Em 1999, o voto foi de 54% a favor da Renamo, que destinou para a cidade um forte candidato a presidente, Jaide Assane. A Frelimo estava muito interessada em reter esta vila e o seu candidato era o presidente cessante, Camissa Adamo Abdala, respeitado pela sua administração durante os cinco anos do primeiro mandato e por ter expandido o sistema de abastecimento de água.

No dia do voto a afluência foi a segunda mais alta do país, 46%. E a corrida foi uma das mais apertadas, tendo Camissa Abdala ganho 3, 516 votos e Jaide Assane 3, 319, isto é, apenas 197 votos de diferença.

Na sua 1ª decisão, o Conselho Constitucional reinstala candidato

Jose Manteigas, o candidato para presidente de Mocuba, foi de novo inscrito nos boletins de voto pelo Conselho Constitucional, no seu primeiro veredicto na segunda-feira 17 de Novembro. A Comissão Nacional de Eleições tinha aprovado Manteigas e mais tarde rejeitou-o.

Mocuba era um objectivo chave para a Renamo porque o partido tinha ganho 60% do voto nas eleições gerais de 1999. A Renamo pediu que a eleição fosse adiada na base de que já não havia tempo para fazer a campanha do seu candidato – e parece provável que muitos dos seus apoiantes nas zonas mais afastadas de Mocuba não sabiam que Manteigas tinha sido recolocado no boletim de voto. A CNE rejeitou o pedido, tinha um conjunto alternativo de boletins impressos para o caso de isso acontecer e a eleição prosseguiu conforme planeado. Manteigas perdeu, tendo ganho só 25% dos votos.

Depois de ter inicialmente aprovado Manteigas, a CNE rejeitou-o na base de que ele há seis meses que não residia em Mocuba, conforme a lei exige. Embora normalmente a CNE trabalhe na base do consenso, esta decisão foi dividida em linhas partidárias. A Renamo recorreu ao Conselho Constitucional que reverteu a decisão e reinstalou Manteigas na base de que a CNE não tinha apresentado provas mas apenas “indicações” de que talvez Manteigas não fosse residente. Para excluir Manteigas seriam precisas provas.

A decisão é particularmente irónica porque a 14 de Novembro a CNE anunciou que rejeitara queixas da Renamo e do Monamo porque não tinham apresentado provas. O porta-voz da CNE, Filipe Mandlate, disse que “as acusações têm de ser acompanhadas de provas. A CNE não pode investigar todas as acusações”. O Conselho Constitucional disse exactamente o mesmo à CNE.

A questão surgiu porque Manteigas tinha entregue dois certificados de residência, um pelo bairro de Mermanelo e outro pelo da Carreira de Tiro. A Frelimo argumentou que isto era claramente fraudulento porque ninguém vive em dois bairros simultaneamente. A Renamo ripostou que depois de ele já ter o primeiro certificado de residência, Marmanelo foi dividido ao meio e a outra metade foi chamada

Carreira de Tiro. Isto é muito comum em zonas de rápido crescimento. Mas também isto é irónico, porque a Renamo alegou que os limites de alguns municípios tinham sido mudados, quando o que de facto aconteceu foi esta divisão de alguns bairros grandes em duas unidades administrativas.

Conselho Constitucional

O Conselho Constitucional, apesar de previsto na Constituição de 1990, nunca tinha sido nomeado. Mas ele desempenha um papel crucial em eleições, supervisionando todo o processo eleitoral, validando os resultados finais da votação e tomando decisões em qualquer queixa relativa às eleições. Até agora, este papel tinha sido desempenhado pelo Tribunal Supremo mas, como parte de um acordo com a Renamo para avançar com as eleições locais, o Conselho foi finalmente nomeado.

Três membros foram eleitos pela Assembleia da República. Dois foram designados pela Frelimo, o deputado e antigo ministro Teodato Hunguana e a directora da Faculdade de Direito da UEM, Lúcia Ribeiro. A Renamo-UE designou o conhecido advogado Orlando da Graça.

O Presidente do Conselho é um advogado respeitado e antigo ministro, Rui Baltazar, que foi nomeado pelo Presidente Chissano. Os primeiros quatro membros seleccionaram o quinto, João Ubisse Nguenha, director dos serviços legislativos da Assembleia da República e professor de direito constitucional na UEM.

Comentário

Preocupante falta de transparência no computador

Computerização dos resultados não só é essencial mas, como a Renamo demonstrou na Beira, pode ser feita de modo transparente. Infelizmente, o actual processo da CNE/STAE é extremamente não-transparente. Não é possível verificar o software ou os resultados de uma forma que seja útil.

Verificar os resultados requer quatro coisas:

- 1) Capacidade de verificar cada assembleia de voto para ver se os dados introduzidos são os mesmos das cópias dos editais.
- 2) Um registo de mudanças, por exemplo quando um edital não soma e os dados são retirados do registo mais longo, que é a acta.
- 3) Um registo nítido sobre quantos votos nulos requalificados foram somados.
- 4) A capacidade de juntar colunas para garantir que a adição é correcta.

Tal como a Renamo demonstrou com a sua contagem paralela na Beira, isto pode ser feito com “spreadsheet” ou outro sistema simples. Sabemos que a Beira só teve 260 assembleias de voto enquanto as eleições gerais do próximo ano vão ter 10 000. Isto exige certamente que os resultados sejam apresentados num “web site” em vez de serem simplesmente impressos, tal como a Renamo fez na Beira. Dividindo o website por províncias seria mais sensato e mais fácil de funcionar.

Isto é importante porque o actual sistema de apresentação cria tentação e facilidade de fazer batota. Os resultados de 1999 foram agora lançados em CD, mas só vão até ao nível de assembleia de voto – isto é, até ao nível de uma escola mas não de uma sala de aula. Isto torna quase impossível verificar, porque os editais saem de cada mesa de assembleia de voto, não de um centro.

O perigo é que assembleias de voto adicionais podiam ser acrescentadas a centro de votação sem ninguém se aperceber. Uma escola podia ter assembleias de voto em oito salas de aula e seria relativamente fácil acrescentar mais uma ou duas ou aumentar o voto nas existentes, porque ninguém teria maneira de verificar.

De certo que as pessoas que trabalham no sistema de computador são honestas e de confiança, mas o fiasco da Beira mostrou que pessoas do escalão mais baixo podem introduzir-se e manipular o resultado.

Sem uma apresentação muito mais clara que permita responder às quatro perguntas feitas acima, ninguém pode confiar absolutamente no sistema de computador.

Joseph Hanlon

Atrasos sem explicação criam tensões

A CNE anunciou os resultados à justa no último minuto de 4 de Dezembro, mas o processo novamente se mostrou extremamente lento, levantando questões sobre a sua competência para lidar com as eleições gerais no próximo ano em que os votos serão oito vezes mais.

O primeiro problema foi que as comissões provinciais de eleições foram muito lentas a mandar o material para Maputo. Os editais e actas de cada assembleia de voto, assim como os votos nulos, devem ser enviados à Comissão Nacional de Eleições. Dez dias depois da votação e quatro dias antes dos resultados terem de ser anunciados, ainda não tinha chegado o material de Nacala e Chimoio. No caso de Chimoio parece que a comissão provincial de eleições deixou simplesmente o material de fora quando mandou o pacote com o material de outras duas cidades da província de Manica e não se deu conta senão quando a CNE lhe chamou a atenção.

O segundo problema foi que os apuramentos intermédios a nível de cidade foram obtidos apenas pela soma dos editais. Mas a nível nacional, os resultados são computerizados e o sistema está programado para rejeitar editais com erros. Embora os editais sejam aprovados por todos os membros da mesa da assembleia de voto e pelos delegados de candidatura, os erros ocorrem muitas vezes como resultado de se trabalhar à luz do candeeiro até altas horas da noite. Muitas vezes os números não são somados correctamente. Algumas vezes isto pode ser corrigido simplesmente verificando pelas actas. Mas outros erros não podem ser resolvidos e algumas assembleias de voto acabam sendo excluídas. Isto fez demorar o anúncio dos resultados em pelo menos um dia.

A própria CNE trabalha com muita lentidão. Perdeu-se uma quantidade substancial de horas com questões burocráticas tais como dar entrada no computador do material recebido das províncias. Não iniciou a reconsideração dos votos nulos senão quando quase todos já tinham chegado a Maputo. Para esta eleição não era um problema. Só duas eleições foram consideradas bastante próximas para que os membros da CNE tivessem eles próprios de reconsiderar os nulos: Marrromeu e Mocimboa da Praia. Outros nulos foram reconsiderados por membros do STAE e o processo andou rapidamente.

Finalmente a CNE deixou para mais tarde a questão contenciosa dos protestos. Em 1999, a contagem e reclassificação dos nulos levou tanto tempo que a CNE nunca se incomodou a reconsiderar editais com erros e nunca olhou para os protestos. Desta vez, a Renamo insistiu correctamente em que os protestos – muitos dos quais questões locais menores e que são apenas menções nas actas – deviam pelo menos ser discutidos. Isto atrasou por mais um dia a publicação dos resultados. Muitos deviam ter sido considerados mais cedo, especialmente na primeira semana depois da eleição quando a CNE tinha poucas coisas importante para fazer.

CNE rejeita todos os protestos

A CNE rejeitou todos as queixas e protestos. A CNE pode decidir que uma eleição seja feita de novo numa única assembleia de voto ou numa cidade inteira, mas a lei é clara de que isto só pode ser feito se ocorrerem actos impróprios “que possam influir no resultado geral da eleição” (Artº 139)

A CNE disse que, independentemente da validade das queixas, nenhuma teria podido influir no resultado. A maior parte das queixas eram menores, embora algumas fossem relacionadas com o padrão do desaparecimento de cadernos de recenseamento.

Dois queixas eram porém mais sérias. As listas de cidadãos na Ilha de Moçambique e Angoche apresentaram protestos formais à Comissão Nacional de Eleições (CNE) pedindo que a votação fosse anulada e feita de novo. Os boletins de voto em ambas as cidades tinham um espaço em branco em vez de um símbolo para os candidatos presidenciais e listas dos dois grupos, Unidos pela Ilha (UPI) e Grupo Independente de Desenvolvimento de Angoche (GIDA). Muitos eleitores são analfabetos e por isso os símbolos são importantes.

A CNE admitiu que dois grupos tinham apresentado os seus símbolos em devido tempo e que o erro tinha sido em Maputo. Mas em privado também admitiu que simplesmente não havia dinheiro para repetir nenhuma eleição.

A Renamo apresentou 16 protestos formais:

- Em quatro protestos, a CNE disse que os incidentes reclamados não mudavam o resultado. Estes incluíam os problemas reconhecidos na Beira, duas queixas sobre cadernos de recenseamento em Nampula e uma sobre cadernos de recenseamento em Quelimane.
- Três protestos foram rejeitados por falta de provas. Estes incluíam uma reclamação de que funcionários eleitorais da província incluíam três folhas de edital extra em Chimoio, uma reclamação

sobre intimidação pela polícia em Cuamba, e reclamações de que um selo tinha sido mudado num saco de documentos de Marrromeu (implicando que tinha sido aberto e voltado a selar).

- A Renamo apresentou nomes de pessoas que disse estarem no caderno de recenseamento e votaram mas vivem fora da cidade – 82 em Montepuez, 4 em Maputo e vários em Mocímboa da Praia e Quelimane. A CNE disse que a lei prevê que os protestos sobre irregularidades de registo devem ser feitas após o recenseamento a não na altura do voto.

- A Renamo disse que quando as assembleias de voto encerraram às 18 horas em Manica, todos os seus delegados de candidatura foram expulsos e portanto não puderam assistir à contagem. A CNE confirmou que de facto dois tinham sido expulsos porque não estavam registados para votar em Manica, mas depois da intervenção da CNE foram mandados voltar para as assembleias de voto. De qualquer modo, os votos destas duas mesas de assembleias de voto não chegam para alterar os resultados.

- Em Quelimane, a Renamo apresentou um protesto dizendo que o candidato da Frelimo tinha recebido apenas 49% do voto que tinha sido indevidamente arredondado para 50% e isto implicava haver uma segunda volta. A CNE mostrou que isto estava errado e que de facto o candidato da Frelimo tinha ganho mais de 52%.

- Em duas cidades a Renamo protestou sobre uma classificação errada de votos válidos como nulos, mas a CNE disse que este era um protesto gratuito uma vez que todos os votos nulos são revistos pela CNE.

- Houve também uma queixa sobre a colocação no lixo de materiais eleitorais, incluindo cartões de eleitor entregues por pessoas transferidas. A CNE disse que não via como é que isso podia afectar o resultado.

Esta foi a primeira vez que a CNE considerou todas as queixas detalhadamente e relatou o resultado da sua deliberação.

CNE: os protestos devem conter provas

A Renamo retaliou a exclusão do seu candidato em Mocuba contestando dois candidatos presidenciais da Frelimo. Afirmou que o candidato presidencial do Xai-Xai não era residente na cidade há pelo menos seis meses. Numa reunião a 15 de Novembro, a CNE pediu à Renamo que apresentasse provas da sua alegação, mas a Renamo respondeu que a CNE devia investigar. A CNE rejeitou a contestação na base de que todos as reclamações devem ser acompanhadas de provas e que a CNE não podia investigar todas as alegações.

A reclamação final da Renamo, causou todavia mais dificuldade. Esta afirmou que o candidato pela Frelimo a presidente na Manhica, Alberto Chicuamba, não era elegível porque se tinha demitido da assembleia municipal. O Artº 8 da lei eleitoral diz que uma pessoa não pode ser candidato se se demitiu no mandato anterior, mas não está redigida com clareza. A Frelimo diz que só se aplica para quem se candidata ao mesmo cargo, noutras palavras, para a assembleia e que presidente é um cargo diferente, enquanto a Renamo afirma que se aplica a qualquer cargo municipal. A CNE dividiu-se em linhas partidárias e a questão foi remetida ao Conselho Constitucional.

Um X sobre a foto é um voto válido?

Ao votar para presidente, espera-se que os votantes coloquem um X ou + ou impressão digital num quadrado junto do nome, foto e símbolo do partido do candidato presidencial. Mas o que acontece se o eleitor põe um X no rosto do candidato ou uma impressão digital sobre o nome? Se o eleitor escreve uma palavra no boletim de voto, se vota por mais que um candidato ou põe marcas ao acaso no papel, então o voto é claramente considerado nulo.

A lei diz claramente que o voto é válido desde que a marca “assinale, inequivocamente, a vontade do eleitor” (Artº 86). Assim, um X ou impressão digital num rosto, símbolo do partido ou nome, é válido desde que a escolha seja nítida. Isto é normalmente explicado claramente ao pessoal da mesa da assembleia de voto, durante o treino.

Nesta eleição, a mesa da assembleia de voto deliberou que 3, 6% dos boletins de voto eram nulos. Todos os votos nulos são reconsiderados pela CNE para garantir que é usado um critério uniforme. E é claro que há uma enorme variação no treino e no julgamento do pessoal das mesas das assembleias de

voto. Dos nulos do Gurué, Xai-Xai e Matola, menos de de 3% foram considerados válidos pela CNE. Enquanto dos nulos de Lichinga, Milange, Nacala, Angoche e Maputo, mais de um terço foram considerados válidos pela CNE e acrescentado aos totais dos candidatos.

Porque a tendência é dos votantes da Renamo serem mais pobres e menos instruídos, a Renamo é quem mais ganha nos votos nulos reclassificados. A Renamo protesta muitas vezes que as mesas das assembleias de voto são parciais e rejeitam boletins de voto onde o X ou a impressão digital está sobre a foto do candidato da Renamo, e apresentou sobre isto uma queixa formal em Monapo e Marromeu.

Olhando de perto para os resultados de Monapo parece que a queixa da Renamo é justificada. No Monapo, 8% dos votos presidenciais foram considerados nulos, mas a CNE considerou que uma percentagem excepcional de 68% destes boletins eram de facto válidos. Foi uma corrida com pouca margem e 240 dos 305 votos requalificados foram para o candidato da Renamo. No final, o candidato da Renamo perdeu apenas por 77 votos – claramente os nulos contam numa contestação apertada.

A Ilha de Moçambique, onde as mesas da assembleia de voto considerou nulos uma percentagem recorde de 12, 5%, foi um exemplo ainda mais concludente. A CNE concluiu que 30% destes eram de facto válidos. Praticamente foram todos para a Renamo e foram suficientes para lhe dar um mandato extra na assembleia municipal.

Segundo boletim de voto perdido

Todos os eleitores recebem dois boletins de voto, um para o presidente e um para a assembleia municipal, e coloca estes boletins em duas urnas separadas à vista do presidente da mesa da assembleia de voto. Assim era de esperar que o número de votos para presidente e para a assembleia fosse sempre o mesmo e geralmente é o que acontece.

Mas houve algumas curiosas excepções. Em Lichinga, 4, 4% dos eleitores – 616 pessoas – votaram para presidente mas não para a assembleia. No Gurué 6% dos eleitores – 270 pessoas – votaram para a assembleia mas não para o presidente. E no entanto os observadores não fizeram comentários ao facto de haver pessoas que não depositaram um segundo voto numa segunda urna. O que aconteceu a estes boletins de voto?

A primeira recontagem foi feita na Ilha

A Comissão de Eleições da Cidade na Ilha de Moçambique conduziu a primeira recontagem de sempre em Moçambique depois de descobrir indícios de boletins a mais, relata o nosso correspondente Julio Paulino do *Wampula Fax*

À medida que avançava a contagem presidencial, em três assembleias de voto a comissão de eleições encontrou 44, 14, e 12 boletins extra – isto é, mais boletins de voto do que eleitores assinalados como tendo votado. Perante isto, a comissão de eleições decidiu recontar os votos em todas as 38 assembleias de voto, o que levou dois ou três dias. Observadores e imprensa não tiveram permissão para contar as recontagens com os editais originais, assim foi impossível dizer se havia diferenças significativas. Mas a recontagem confirmou 70 boletins de voto a mais. O resultado intermédio foi baseado na recontagem mas o vice-presidente da comissão de eleições da cidade recusou assinar o relatório da comissão sobre os resultados por causa dos boletins extra.

De facto, a lei eleitoral cobre especificamente esta possibilidade (Lei nº 19/2002, artº 82) e diz que neste caso, os boletins existentes na urna deviam ser contados desde que não ultrapassassem o número total de eleitores registados.

Há duas razões para isto. A primeira é que por vezes acontece que o escrutinador não assinala o nome do eleitor no registo, o que leva à situação de mais boletins do que votantes assinalados no caderno de recenseamento. Segundo, uma das tarefas fundamentais do delegado de candidatura é garantir que ninguém introduz boletins extra na urna. Se o delegado de candidatura não faz isto, depois será demasiado tarde para levantar a questão durante a contagem.

Exigências burucráticas frustram candidatos

Os candidatos tanto para presidentes como para as assembleias tiveram de apresentar cinco papéis: fotocópias autenticadas do bilhete de identidade e do cartão de eleitor, um certificado do registo criminal, um certificado de que estão no caderno de recenseamento e prova de que vivem no município há pelo menos seis meses. Além disso, todos os candidatos a presidente, quer se apresentem pela lista de um partido quer como independentes, devem apresentar uma lista de assinaturas de 1% dos eleitores do município.

Tal como em eleições passadas, provou-se ser muito difícil os candidatos reunirem todos os documentos exigidos. A 10 de Outubro a CNE anunciou que dos 96 nomeados para presidentes só os 33 candidatos da Frelimo tinham os papéis em ordem. Todos os outros tinham erros, sendo o mais comum a falta de assinaturas de 1% dos eleitores registados.

Partidos e candidatos tinham nessa altura cinco dias para corrigir os documentos e voltar a submetê-los. Todavia a Renamo e mais nenhum outro grupo, teve duas semanas extra porque tinha sido autorizado a ver em detalhe as nomeações submetidas e corrigir irregularidades. O membro e porta-voz da CNE, Filipe Mandlate, disse que tinham de admitir que ao permitir isso estavam a violar o princípio da equidade pois nenhuma outra força política tinha tido essa oportunidade.

Mesmo com este tempo extra a Renamo não conseguiu obter assinaturas válidas suficientes para o seu candidato à presidência de Maputo, Artur Vilanculos. A Renamo pediu então uma solução “política”, e depois de um impasse de vários dias a CNE concordou em aceitar todos os candidatos da Renamo, com ou sem todas as condições exigidas pela lei.

No fim, tinham sido aceites 81 candidatos – 33 pela Renamo e 33 pela Frelimo, mais 9 candidatos de listas de cidadãos independentes, 5 do IPADE e 1 do PIMO, Partido Independente de Moçambique. Todavia 15 foram excluídos.

Campanha pacífica com poucos incidentes

Os nossos correspondentes relataram uma campanha calma e pacífica nas trinta e três municipalidades. E mesmo quando os comícios de partidos opostos ocorreram próximos uns dos outros, ou quando marchas e caravanas de partidos contrários se cruzaram, houve poucas perturbações.

Uma observação comum de vários correspondentes do *Boletim* e outros observadores, foi o extensivo uso de viaturas do estado pela Frelimo. Em geral a Frelimo teve mais dinheiro para a sua campanha e conseguiu montar comícios mais elaborados, na forma que chama “showmícios” – combinação brasileira da palavra “show” em inglês e “comício” ou reunião pública em português.

Apesar do tom da campanha ser em grande medida calmo, foram relatados alguns incidentes. Houve escaramuças e empurrões entre grupos de jovens da Renamo e da Frelimo na maioria das municipalidades, e um ou outro incidente de pedradas. Havia queixas espalhadas por vários locais, de ambos os lados, sobre cartazes rasgados do opositor e mesmo algumas detenções. Tais incidentes não foram significativamente frequentes nem causaram dificuldades ou ferimentos sérios. E tiveram menos a ver com política e mais com rapazes tentando afirmar-se e libertar a agressividade.

Um dos incidentes mais sérios ocorreu em Tete quando um apoiante da Renamo foi detido por alegadamente ter atirado pedras a um carro da Frelimo, ferindo o condutor. Em Xai-Xai há relatos de apoiantes da Frelimo espancando três pessoas que saíam de um comício da Renamo e apedrejando um carro da Renamo.

No Xai-Xai três candidatos da Renamo para a assembleia municipal foram detidos durante 24 horas pela Polícia por, alegadamente, terem rasgado uma camisete da Frelimo de uma mulher que passava na rua e terem batido em três pessoas durante a briga que se seguiu. A Polícia confirmou a detenção e a mulher a quem rasgaram a camisete confirmou a sua alegação ao nosso correspondente, Carlos Mula. De qualquer modo a detenção era ilegal. O Artigo 5 da lei eleitoral diz que candidatos só podem ser detidos se forem apanhados em flagrante delito, a cometer um crime grave.

Houve poucas queixas sobre as operações do STAE local mas os nossos correspondentes confirmaram alegações da Renamo de que, pelo menos em algumas assembleias de voto, pessoas foram contratadas na base de conexões com a Frelimo e não num processo aberto como deveria acontecer.

A RM deu a maior parte da

cobertura à Renamo

O serviço nacional da Rádio Moçambique deu mais cobertura à Renamo do que a qualquer outro partido, de acordo com uma pesquisa da missão de observadores da UE. A Renamo-UE recebeu 30% da cobertura, a Frelimo 25% e o IPADE 24%. A Rádio Cidade, o serviço da RM para Maputo, foi mais equilibrada dando 16% à Frelimo e Renamo, e 15% a cada um dos candidatos independentes da AMAR e do JPC. O observador chefe da missão, José Maria Mendiluce, disse numa conferência de imprensa que tinham tido uma impressão dos media públicos muito positiva.

Mas o elogio foi de facto só para a Rádio e TV públicas. O relatório da UE faz notar que “os jornais indirectamente controlados por entidades públicas, como é o caso do *Notícias*, revelaram uma certa parcialidade a favor do partido no poder.”

Candidatos sem apoio dos antecessores

Muitos candidatos do partido Frelimo às eleições autárquicas fizeram a campanha eleitoral sem o apoio dos seus antecessores.

Por causa do boicote da oposição em 1998, os candidatos da Frelimo foram eleitos em todos os 33 municípios. Dos 33 timoneiros da autarcização, a Frelimo selecionou para as eleições autárquicas de 2003, apenas 13.

Alguns como Artur Canana, em Maputo, tiveram muito mau desempenho para merecerem a recandidatura. Porém, houve outros que antes do fim do seu mandato fizeram pré-campanha, com apoio local, mas centralmente foram substituídos.

A única mulher presidente de município em 1998, Laura Tamele, da Manhiça, apesar de ter granjeado simpatia e ter boa reputação ao nível local, foi substituída por um homem. Em 2003, a Frelimo não apresentou nenhum candidato de sexo feminino.

Dos novos candidatos, agora presidentes, somente 1/5 (um quinto) estavam ligados à governação local nos últimos cinco anos.

Em alguns casos, como Maputo, onde o novo candidato da Frelimo, Eneas Comiche, fez uma dura campanha contra o seu antecessor, o novo candidato estava provavelmente feliz em manter o antigo presidente longe a vista.

Mas, em alguns municípios as nomeações a partir de Maputo criaram substanciais amarguras ao nível local e alguns presidentes cessantes recusaram-se a apoiar os seus sucessores e alguns engrossaram a lista dos que não foram votar, preferindo a abstenção a votar por um sucessor imposto.

Na Beira, Lourenço Bulha, antigo presidente da Assembleia Municipal e Chivavice Muchangage, Presidente cessante do Município, fizeram pré-campanha e, pelo nível da disputa, conduziam o partido a uma guerra interna sem precedentes. O partido impôs Djalma Lourenço. Este mostrou ser pouco popular no seio do partido, para além de haver dados que indicam que terá sido demitido por corrupção, há cerca de 20 anos.

O jornal *Domingo* de 30 de Novembro, refere que o Partido Frelimo teria um resultado diferente se tivesse apresentado Lourenço Bulha como candidato, pois teve apoio popular na sua pré-campanha.

A Renamo-UE, também impôs centralmente os seus candidatos e fez algumas escolhas muito fracas. Diz-se que perdeu em cidades como Chimoio, onde esperava ganhar, porque impôs candidatos com pouco apoio local. O candidato da Renamo-UE em Chimoio, a terminar um comício, em plena campanha, gritou: “Frelimo Hoyééé”.

- Adriano Nuvunga

Acusações sem fundamento

Em muitos locais os principais partidos deram ênfase a acusações agressivas contra a oposição em vez de promover uma mensagem positiva do seu próprio partido. O nosso correspondente em Nacala, Estevão Malunga, relata que num comício no bairro Quissimajulo, o Presidente Afonso Dhlakama disse ter provas de que a Frelimo estava a comprar cartões de eleitores da Renamo por 200 000 meticais cada um. E apelou aos seus membros para deterem qualquer pessoa da Frelimo que tentasse comprar o seu cartão de eleitor.

Por outro lado, Margarida Talapa, chefe da brigada da Frelimo na província, disse ter provas de que homens que tinham sido soldados do exército português em Nacala, no tempo colonial, tinham voltado e estavam a dizer aos jovens que ganhariam muito dinheiro se a Renamo ganhasse as eleições.

Entretanto em Catandica, o candidato presidencial Verdiano Manivete, disse que a Frelimo estava a dar bolachas às crianças que rasgassem os cartazes da Renamo.

Benjamin Cortês, chefe da Renamo em Nacala, avisou os eleitores de que deviam levar as suas próprias canetas para a assembleia de voto porque a Frelimo tinha mandado para as assembleias canetas especiais em que a tinta desaparecia em cinco minutos.

Dois professores

Os dois candidatos a presidente de Moatize têm uma história pessoal muito semelhante. Tanto Cassiano Marcelino da Frelimo como Fabião Sozinho Bjingwe da Renamo-UE são professores no Instituto Médio de Geologia e Minas. Marcelino formou-se em Cuba e Bjingwe na ex-União Soviética. Os dois são vizinhos, diz a nossa correspondente Otilia Benedito. A corrida entre os vizinhos previa-se que fosse a par porque nas eleições gerais de 1999 a Frelimo ganhou 55% do voto, mas Marcelino venceu com 75% do voto. A competição entre os dois prof-essores provocou uma afluência às urnas de 47%.

Elogios dos observadores internacionais

“Tanto a campanha eleitoral como a dia das eleições decorreram numa atmosfera de calma, livre de intimidações, sem quaisquer incidentes ou irregularidades graves dignos de nota.”

“O segredo do voto foi respeitado”

Missão de Observação da União Europeia

“As segundas eleições municipais de Moçambique foram pacíficas e bem conduzidas”

“O pessoal das mesas de assembleia de voto deve ser cumprimentado pela sua conduta em todos os aspectos do processo de votação no dia das eleições”

- Carter Center

Dia tranquilo de votação e elogios às mesas

Por todo o país a votação decorreu tranquilamente e sem problemas, para além das dificuldades gerais ligadas aos cadernos de recenseamento. O pessoal das mesas, que recebeu dez dias de treino e mais exercícios práticos e de simulação do que no passado, foi grandemente elogiado. Tal como é exigido, houve sempre um membro de cada mesa falando a língua local. Explicações sobre como votar eram boas.

O material chegou a tempo às assembleias de voto, e com excepção dos cadernos de recenseamento, o “kit” fornecido pelo STAE estava normalmente em ordem. O pessoal das mesas montou correcta e eficientemente as assembleias de voto. As assembleias abriram pontualmente ou dentro de uma hora do tempo oficial de abertura. As assembleias fecharam correctamente e a contagem foi impecável.

Fazer campanha dentro e nas imediações da assembleia de voto é ilegal e continua a ser raro, mas este ano ocorreu mais de que no passado e os observadores registaram mais incidentes. Fazer campanha nas filas de espera foi observado num certo número de locais; delegados da Frelimo e da Renamo dentro das assembleias de voto foram também vistos encorajando a votar no seu candidato. Estes casos foram quase sempre tratados rapidamente pelo presidente da mesa da assembleia de voto. Houve uma detenção em Mocuba e duas em Chimoio por fazer campanha na fila de espera e uma em Catandica por campanha em geral no dia da votação.

Foi igualmente notória a tendência de pessoas conhecidas permanecerem no posto de votação (geralmente a escola) depois de terem votado, a cumprimentar e a conversar com as pessoas. Em geral eram pessoas da Frelimo ou do governo, ou deputados da Renamo, mas o nosso correspondente em

Monapo relatou que no bairro de Napacaia dois chefes tradicionais foram detidos por ficar por ali após terem votado, começando a encorajar pessoas a votarem num dos partidos.

Apesar da fraca afluência houve algumas filas de espera, particularmente em assembleias de voto para eleitores registados este ano. Houve queixas sobre a falta de controle dos ajuntamentos, que é da responsabilidade de dois “auxiliares” que algumas vezes estavam ausentes. Em eleições gerais o equipamento das assembleias de voto vem com livros de senhas numeradas. Estas senhas são entregues às pessoas à medida que chegam de modo que podem esperar à sombra, afastados da assembleia de voto e vão depois a votar em ordem, entregando a senha assim que entram na assembleia de voto. Com a fraca afluência em eleições locais, as senhas não foram consideradas como necessárias. Mas foram usadas em Motepuez na Escola Primária de Nacate, e o delegado da Renamo objectou, apesar de ser normal em eleições gerais. Parou-se com o uso das senhas de preferência a criar polémica.

Houve poucos incidentes. Alguns consistiram em:

- Duas tentativas de interferir com as urnas foram relatadas pelo nosso correspondente em Nacala. A Polícia deteve o presidente da mesa da assembleia de voto em Muanoma por tentar abrir uma urna quando não estava lá ninguém. A Polícia deteve também um delegado da lista de cidadãos OCINA, no bairro de Quissimajulo de Nacala, quando o apanhou a tentar colocar votos extra na urna.
- Em Ampapa na Ilha de Moçambique, na noite da contagem intermédia, o delegado da Frelimo numa assembleia de voto foi obrigado a fugir debaixo de ameaças dum enorme multidão da Renamo que esperava fora da assembleia de voto pela contagem.
- Em Vilankulo, três agentes da Renamo foram presos por usarem credenciais falsas. Os três tinham sido substituídos pela Renamo quando as pessoas nomeadas nas credenciais não apareceram, mas a Polícia disse que estas trocas eram ilegais.
- Zaida Nuno foi acusada de tentar votar duas vezes em Montepuez. Apareceu com um penso no indicador direito e ofereceu o esquerdo para mergulhar na tinta. Depois de alguma discussão, pediram-lhe para tirar o penso que mostrou que o dedo já tinha tinta e ela já tinha votado, relata o nosso correspondente em Montepuez.

1000 observadores viram a eleição

Houve mais de 900 observadores nacionais independentes e 150 observadores estrangeiros a assistir a esta eleição.

Do lado doméstico, havia 110 observadores da FECIV e a AMODE, trabalhando com 22 ONG's locais, tinha 288 observadores, ambas cobrindo as 33 municipalidades. Ambas tinham já observado as eleições de 1998. O Observatório Eleitoral é uma nova coligação da CEDE, AMODE e os conselhos Islâmico e Cristão e teve 450 observadores em 10 municípios. A AWEPA teve 87 observadores domésticos em sete cidades.

O maior grupo de observadores foram 60 da União Europeia mais a Suíça; alguns vieram da Europa, outros pertencem às embaixadas em Maputo. Os Estados Unidos, Canadá, Itália, Finlândia, Noruega e Grã Bretanha juntaram um grupo de 28 observadores, principalmente das embaixadas locais respectivas, treinados pelo PNUD. O Carter Centre tinha 15 observadores. A CPLP (Países de Língua Portuguesa) tinha 5 observadores. A Commonwealth tinha também uma pequena equipa.

Observadores e delegados de candidatura tiveram o direito de estar presentes ao longo de todo o processo, desde a abertura da assembleia de voto até se completar a contagem parcial, e durante a contagem intermédia a nível do município.

No entanto os observadores estiveram sob restrições mais severas do que em eleições anteriores. Particularmente há o facto de terem sido proibidos de assistir à avaliação dos votos nulos, a nível nacional, e portanto a grande parte do processo de apuramento final pela CNE. Esta proibição foi imposta apesar do regulamento dos observadores, adoptado pela própria CNE a 24 de Outubro, permitir aos observadores “acompanhar a actividade da Comissão Nacional de Eleições” (Artº 2) Os observadores internacionais foram proibidos de estar na contagem intermédia de Tete apesar dos observadores nacionais terem permissão de assistir.

Os regulamentos também dão aos observadores “Liberdade de circulação em todo o território nacional” (Artº22) mas também isto foi restringido em alguns lugares. Embora não estivesse

especificado nos regulamentos, a CNE insistiu que no seu requerimento os observadores deviam especificar uma província. O cartão que era passado ao observador não especificava uma província mas o certificado que o acompanhava especificava. As equipas de observadores internacionais sempre mudam as colocações das pessoas à última hora, por exemplo para preencher faltas. Em muitos lugares isto não causou problemas e os cartões foram aceites em toda a parte.

Três observadores internacionais da UE, do Carter Centre e da Grã Bretanha, foram impedidos de trabalhar pelas comissões eleitorais da província ou do distrito porque a sua credencial especificava uma província diferente.

O problema foi mais grave em Tete. O observador da UE banido permaneceu simplesmente no seu hotel. O do Carter Centre continuou a circular na viatura com outro observador devidamente credenciado, tendo o cuidado de não entrar nas assembleias de voto. Mas foi interpelado por um funcionário sénior do STAE que o avisou que não continuasse ou ia sair dali algemado. Depois de vários telefonemas agitados, os funcionários da CNE e do STAE decidiram que liberdade de movimento não é a mesma coisa que liberdade de observação em todo a parte e que o observador do Carter Centre só podia circular à volta das assembleias de voto se não saísse do carro.

O Carter também teve complicações como o seu logotipo, em uso desde a sua fundação em 1982, que é a cabeça estilizada de uma águia. Infelizmente parece-se com a perdiz usada pela Renamo como seu símbolo e alguns funcionários acusaram o Carter Centre de fazer campanha pela Renamo. Muitos observadores do Carter removeram as camisetas e outra informação contendo o logo com a águia.

Observadores estrangeiros deviam deixar de tentar virar as cabines de voto

Os observadores internacionais discordam sempre de um aspecto do processo de votação de Moçambique – o lado para onde a cabine de voto deve estar virada. Em Moçambique, a cabine onde o eleitor vai assinalar o boletim de voto, abre para o lado onde está a mesa da assembleia de voto. Isto permite verificar com facilidade se não há autocolantes ou panfletos dos candidatos deixados na cabine após a saída do eleitor. A Grã Bretanha é outro país onde se usa esta posição. Mas muitos países europeus viram a cabine de voto de outro modo, com a entrada dando para a parede. Isto dá mais privacidade ao eleitor mas é mais difícil de controlar se é deixado material de campanha.

O treino do pessoal das mesas e os desenhos no manual são claros quanto à posição. No entanto, os observadores internacionais muitas vezes dizem à mesa que isto está errado e este ano isso aconteceu de novo. Um observador da UE disse mesmo ao Boletim que o desenho do manual devia em princípio mostrar a colocação relativa mas não a orientação.

Talvez nas próximas eleições os dirigentes das equipas de observadores durante o seu treino devessem dizer aos seus observadores que Moçambique considerou as duas possibilidades e fez uma opção consciente sobre o modo de colocar a cabine de voto.

Olhos postos no processo

Cada partido ou candidato independente ou lista tem o direito de ter um delegado de candidatura em cada assembleia de voto durante a votação e contagem. Esta medida é essencial para prevenir má conduta, uma vez que os delegados podem observar cada passo do processo.

A última hora para acreditação dos delegados de candidatura foi alargada pela CNE até 17 de Novembro, precisamente dois dias antes da eleição, para dar aos partidos o máximo de oportunidade.

Os delegados de candidatura estiveram presentes pela Renamo e pela Frelimo na maioria das assembleias de voto, embora alguns delegados da Renamo faltassem no sul. A representação de outros partidos e independentes foi esporádica.

Fronteiras imprecisas causam confusão

As fronteiras das autarquias não estão bem demarcadas no terreno e as pessoas da periferia rural muitas vezes não têm a certeza se vivem ou não dentro do município. Do mesmo modo, quando as

peessoas se registam para votar, vão normalmente à escola mais próxima, sem pensar que podem estar a atravessar uma linha invisível.

Mas isto causa problemas nas eleições locais porque só 25% das pessoas vivendo dentro de municípios pode votar. Os outros só votam em eleições gerais. Esta eleição levantou azedas acusações de ambas os lados sobre o outro partido estar a trazer gente de fora do município para se registar e votar. O porta-voz da CNE, Filipe Manjate, fez notar que durante dez dias após o encerramento do recenseamento eleitoral os cadernos estiveram à disposição dos partidos para serem verificados. Ninguém fez qualquer reclamação na altura sobre pessoas de fora do município a serem registadas, de modo que no dia das eleições era tarde demais para levantar a questão.

Os limites das 23 cidades estão definidos por lei e não mudaram desde 1998. Mas os limites das 10 vilas que foram incluídas na lista de municípios como uma experiência de descentralização para lugares mais pequenos, não estão definidos na lei – nunca tinha feito nenhuma diferença uma vez que as vilas eram tratadas como parte do distrito. O Ministério da Administração Estatal (MAE) definiu limites para as 10 vilas em 1998 e alargou pelo menos duas, Monapo e Manhiça, para ter em conta a expansão causada pelos movimentos de população. A Renamo acusou o governo de manipular fronteiras para seu benefício.

A questão foi mais tensa no Monapo, onde há dois grandes bairros, Napaia e Carapira. A Renamo pensava que estes dois bairros a iam favorecer mas o MAE excluiu-os da cidade. A CNE decidiu depois incluí-los e os residentes puderam votar, reporta Carlos Tembe.

- Em Mocuba, seis pessoas foram detidas por tentarem votar na cidade apesar de viverem bastante afastados. Um observador do Carter Centre foi denunciado pelo STAE local por tentar obter informação sobre o incidente. Em Nacala houve uma detenção semelhante.

Editores concordam num código

Os editores moçambicanos concordaram num código de conduta para a cobertura eleitoral. Entre os pontos interessantes estão estes:

- Jornalistas trabalhando nos media não podem exercer actividades como assessores de imprensa para partidos ou fazer declarações públicas a favor de partidos.
- Jornalistas deviam contar de facto os participantes em comícios e manifestações em vez de usar frases vagas, qualificando-os de grandes ou pequenos.
- Os jornalistas deviam evitar descrever as pessoas como “mirones”, “furiosos”, “desorganizados”, etc

Comentário

Quem tem medo da transparência?

O eficiente esforço da Radio Moçambique para fazer a sua própria contagem em muitos municípios prova a transparência do processo eleitoral em Moçambique. Depois do fecho de cada uma das assembleias de voto, os boletins eram imediatamente contados e um resumo dos resultados – o edital – era afixado no exterior da assembleia de voto. A Radio Moçambique, outros jornalistas, e observadores nacionais e internacionais dirigiam-se às assembleias de voto, faziam cópias dos resultados e somavam-nos.

A lei exige a afixação dos editais à porta das assembleias de voto precisamente para encorajar as pessoas a irem lá recolher a informação e este ano foi usado muito mais eficazmente do que no passado.

A mudança mais importante na lei este ano é a que exige que os delegados das candidaturas em cada assembleia de voto recebam uma cópia do edital. Isto permite a cada um fazer as suas próprias contas e conferir com a contagem oficial. Tertuliano Juma, deputado e parte da equipa eleitoral da Renamo em Nampula, disse ao *Boletim* que este ano a contagem não está a ser contestada porque “temos cópias dos editais”.

Houve pelo menos 4 contagens paralelas diferentes – pela Frelimo, pela Renamo, pela RM e pelos observadores nacionais agrupados no Observatório Eleitoral. Estas contagens podem não ser perfeitas mas são muito boas. A contagem da Frelimo é normalmente boa. Só a contagem da Renamo na Beira foi tornada acessível, mas era excelente. A RM foi eficiente particularmente nas cidades mais pequenas. O Observatório Eleitoral fez contas completas muito bem em sete cidades; também fez

contas com base em amostras em três cidades grandes, que provaram estar dentro de 2-4% dos apuramentos intermédios, o que para uma amostra é razoável.

Este nível de transparência torna a fraude muito difícil porque há muitas pessoas a conhecerem os resultados, pelo menos aproximadamente, antes de saírem os resultados oficiais. Também funciona de outra maneira. Quando os resultados anunciados pelo Conselho Constitucional são próximos daqueles que são obtidos pelas contagens paralelas, ninguém acusa a CNE de fazer batota.

No entanto a Frelimo opôs-se sempre com veemência às contagens paralelas. Em 1999 teve sucesso ao bloquear este tipo de contagem e pressionou as organizações do Observatório Eleitoral a não fazer uma contagem paralela este ano. Tanto a Frelimo como a Renamo preferem manter os actos das comissões eleitorais tão secretos quanto possível.

Afinal, os únicos que se opõem à transparência são aqueles que querem fazer batota sem serem detectados, ou que querem fazer acordos políticos sem que os outros vejam.

Mas essa era está a passar. O sucesso das contagens paralelas este ano tornará impossível opor-se a elas nas eleições gerais do próximo ano.

Joseph Hanlon

AWEPA apoia os governos locais

AWEPA, Parlamentares Europeus para a África, tem estado activa em Moçambique desde as lutas anti-apartheid dos anos 80. Tem continuado a apoiar a democratização e descentralização e publica este *Boletim* desde 1992.

A AWEPA tem vindo a ajudar os novos governos locais desde as eleições de 1998 com um extenso programa de treino e capacitação, por vezes em colaboração com o Ministério da Administração Estatal e o Ministério do Plano e Finanças. Funcionários permanentes e membros eleitos dos conselhos e assembleias municipais dos 33 autarquias já participaram em seminários e formação da AWEPA. Tem sido colocada ênfase especial no Género e participação do público em geral.

As recentes eleições trouxeram para cargos públicos muitas pessoas sem experiência de governo local e no próximo ano a AWEPA vai organizar uma série de seminários para estas pessoas sobre legislação municipal, planeamento e gestão. Vai também tentar apoiar estes novos elementos eleitos para olharem para baixo e para cima, com seminários sobre relações com o governo central e sobre como criar mais participação local. Outros seminários vão tratar de questões ligadas com género e HIV/Sida.

A AWEPA tem um programa especial de capacitação para eleições locais que inclui:

- seminários em oito cidades para 560 dirigentes e quadros de partidos políticos,
- treino em sete cidades para 417 formadores para delegados de candidatura de partidos políticos e,
- seminários em sete capitais provinciais para mais de 400 candidatos

Os secretários de bairro são isentos?

Os secretários de bairro foram nomeados há muitos anos, na era do partido único, como o escalão mais baixo tanto das estruturas do partido como do governo. Desempenhavam funções semi-oficiais como assinar certificados atestando que as pessoas residiam no bairro, de que um casal vivia na mesma casa, etc. Davam particularmente certificados de residência no município aos candidatos a cargos municipais. O problema é que muitos dos secretários são leais seguidores da Frelimo e dos funcionários locais do partido, e usam o seu cargo semi-oficial no bairro para perseguir os partidos da oposição demorando os certificados de residência, impedindo comícios da oposição, chamando a polícia para prender políticos da oposição. Em alguns casos, os secretários de bairro pedem dinheiro para assinar documentos essenciais.

A Renamo há muito que se vem queixando sobre os secretários que misturam os seus papéis governamentais e partidários, mas nesta eleição parece que se tornou mais do que um problema. A Renamo nos municípios em que ganhou, vai certamente seguir o modelo da Frelimo e substituir os secretários de bairro por militantes do seu próprio partido. Os secretários são úteis e necessários como o escalão mais baixo do governo das cidades, mas seria muito melhor regulamentar a sua nomeação

como funcionários não-partidários. De outro modo, sempre o partido que estiver no poder vai vê-los como nomeações políticas.

No bairro de Nutava-Rex in Nampula, a 13 de Novembro, o secretário do bairro disse a uma multidão que aguardava por um comício da Renamo, que o comício era ilegal e quem ficasse ia ser preso. A multidão dispersou e quando o candidato chegou não havia ninguém, contou o residente Saide Aly ao nosso correspondente Júlio Paulino.

Calma tensa em Montepuez

Apesar de uma notória tensão durante a campanha, as eleições decorreram pacificamente em Montepuez e a Renamo aceitou a vitória da Frelimo na cidade. A afluência atingiu os 43%

Montepuez, na província de Cabo Delgado, foi o local da pior violência em Moçambique desde o fim da guerra há mais de uma década. A 9 de Novembro de 2000 homens armados da Renamo atacaram o centro da cidade e foram mortas 10 pessoas. Seguiu-se uma vaga de prisões e perto de 100 pessoas morreram asfixiadas numa cela superlotada da cadeia a 22 de Novembro de 2000.

Tensões e violência reflectem uma série de situações locais. Montepuez durante a guerra ficava numa fronteira entre as zonas do governo e da Renamo, existem múltiplos conflitos locais e o encerramento de uma fábrica importante de algodão provocou uma crise económica.

O Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento (CEDE), uma ONG moçambicana presidida por Brazão Mazula, antigo presidente da CNE, tem vindo há mais de um ano a fazer com sucesso exercícios de reconciliação que reduziram a tensão. A 4 de Outubro de 2003, realizou-se em Montepuez um comício que levou à tribuna tanto a Frelimo como a Renamo e atraiu cerca de 1000 pessoas.

Polícia, secretários de bairro, funcionários nacionais de ambos os partidos e imprensa, têm sido acusados de exacerbar as tensões em Montepuez. Os elementos do CEDE acusam a imprensa de publicar apenas notícias exageradas de ameaças e violência, não divulgando nunca os esforços de paz e reconciliação. Só o semanário *Zambeze* publicou o comício de 4 de Outubro enquanto todos os outros jornais falaram de incidentes de violência que envolveram muito menos pessoas. Isto, defende o CEDE, ajuda a alimentar a tensão.

Quando se aproximavam as eleições, a Renamo afirmou que os secretários de bairro chamaram a polícia para hostilizar os activistas da Renamo e há alguma evidência que o confirma. Num episódio largamente divulgado, um grupo de dança tinha vindo actuar em apoio da Renamo. A polícia deteve os 60 elementos do grupo para interrogatório, baseada apenas na palavra do secretário do bairro. Num outro caso, a polícia deteve um activista da Renamo, Abdala Marques, por causa da queixa de um vizinho funcionário da Frelimo, e um conflito local passou a ter conteúdo político. Noutros incidentes a polícia questionou activistas da Renamo baseada apenas na palavra dos secretários de bairro ou de militantes da Frelimo. O resultado foi um crescer do nível de tensão em alguns bairros.

O nosso correspondente relata um incidente em que um grupo de apoiantes da Renamo fez parar uma viatura do governo, que eles diziam levar mobiliário do estado para um comício da Frelimo, e espancaram o motorista. A Polícia de Intervenção Rápida foi mandada a Montepuez, no Sábado anterior à eleição, e dirigiram-se para o bairro de forte influência da Renamo de Nacate. Tudo isto aumentou a tensão nos dias que precederam a eleição.

Uma pessoa próxima da situação disse que o grande problema era a vinda de pessoas importantes de fora e que “não estão dentro do novo espírito de Montepuez. Essas pessoas tratam o lado da oposição como o inimigo o que aqui não se aplica”. Isto é agravado pela natureza hierarquizada da política em Moçambique em que todos esperam que os chefes sejam sempre obedecidos. Era difícil aos residentes locais sugerirem a visitantes mais seniores que a sua linha dura era despropositada e parecia que alguns, tanto dentro da Frelimo como da Renamo, pretendiam manter um clima de tensão. As pessoas da terra sentiam-se esmagadas pelo aparato de visitantes que eram altos quadros tanto da Frelimo como da Renamo e sentiam que não havia espaço para falarem uns com os outros e acalmar as tensões. Mas a calma prevaleceu e as tensões dissiparam-se desde as eleições.

Um contacto do *Boletim* queixou-se dos observadores internacionais “que só dão voltas no centro da cidade onde tudo está bem e não vão para os bairros onde há problemas”.

=====

Boletim sobre o processo político em Moçambique

Número 29 – Eleições locais - Dezembro de 2003

Editor: Joseph Hanlon (j.hanlon@open.ac.uk)

Vice-editor: Adriano Nuvunga

Tradução de: Maria de Lourdes Torcato

Este número do *Boletim do Processo Político de Moçambique* foi produzido por uma equipa de 35 jornalistas que cobriram os 33 municípios. Os nossos correspondentes são: Pedro Nacuo, Jonas Joaquim, Carlos da Conceição, Santos Mate, Feliciano Wiriamo, José Cardoso, Arlindo Mustafa, Gomes Jossuá, Teófilo Moronha, Estêvão Lichowa, Otilia Bendito, Assane Issa, Carlos Tembe, Estêvão Malunga, Júlio Paulino, Luis Rodrigues, Estêvão Mandlate, Manuel Caetano, Ericino de Salema, Matias dos Amores, Sérgio Mamudo, Victor Machirica, Madeira Sebastião, Manuel Ngonhamo, Filimão Saveca, Victorino Xavier, António Zacarias, Carlos Mula, Pedro Paruque, Custódio Mugabe, Henrique Álvaro, Bento Venâncio and Joaquim David.

=====
Publicado pela AWEPA, Parlamentares Europeus para a Africa

Prins Hendrikkade 48, 1012 AC Amsterdam

Tel: +31 (20) 524 56 78 ; Fax: +31 (20) 622 01 30

e-mail: awepa@antenna.nl

Rua Licenciado Coutinho 77 (CP 2648) Maputo

Tel: +258 (1) 41 86 03, 41 86 08, 41 86 26 Fax: +258 (1) 41 86 04

e-mail: awepa@tvcabo.co.mz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte
Anteriormente *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique*